



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 21/11/2018

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todos e a todas.

Estão presentes a Vereadora Soninha e os Vereadores Jair Tatto, Eduardo Suplicy e Isac Felix.

Há número legal e na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento declaro abertos os trabalhos da 22ª audiência pública que a Comissão realiza no ano de 2018 e esta é a 5ª Temática ao PL 536/18, de autoria do Executivo, que estima receita e fixa despesas do Município de São Paulo para o exercício de 2019 – Orçamento 2019.

Os temas a serem tratados são: Secretaria Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Saúde, autarquias hospitalar municipal, Secretaria das Subprefeituras, Secretaria da Pessoa com Mobilidade Reduzida e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo Portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, *link* Auditórios On-Line.

Foi convidado para esta audiência pública o Sr. Edson Aparecido, Secretário Municipal de Saúde, que há mais de uma semana registrou que hoje estaria em Brasília discutindo convênios e disse que aceitaria qualquer data. Então, quero justificar a ausência dele. Temos de ser justo com as pessoas. Ele falou: “qualquer data estarei aí”, mas enfim, como estamos com problema de redução no calendário, eu falei que tocaríamos assim. Então, o Sr. Secretário será representado pelo Dr. Manuelito Pereira Magalhães, chefe de gabinete, que convido para compor a Mesa.

Convido também a Dra. Magali Vicente Proença, Superintendente da Autarquia Hospitalar; Marcos Penido, Secretário Municipal das Prefeituras Regionais; Cid Torquato, da Secretaria da Pessoa com Deficiência, está a caminho, então, convido a Sra. Marinalva Cruz, que é a Secretária-Adjunta; Aline Cardoso, Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico, Vereadora licenciada; e Ahmed, Coordenador-Geral do Orçamento.

A publicação nos jornais de grande circulação foi feita nos dias 13/11, na *Folha de S. Paulo*; 16/11, no *Estado de S. Paulo*; e no *Diário Oficial* nos dias 7,8,9,10,11,12,13,14 e 16

de novembro.

Houve uma solicitação de inversão: primeiro haverá a exposição da Secretaria das Subprefeituras, sem problemas. Logo, imediatamente, vamos à exposição do nosso querido Secretário Marcos Penido.

Eu queria passar a vocês o endereço que nós temos para sugestões, não consegui decorar, e não escreveram aqui. (Pausa) Não tem problema, depois da exposição passo a vocês o endereço. Assim todos poderão anotar.

Está presente, aqui conosco o Vereador Pastor André Santos.

Então vamos à exposição da Secretaria das Subprefeituras.

O SR. MARCOS PENIDO – Sr. Presidente, aproveito para cumprimentar os Srs. Vereadores: Soninha, Eduardo Suplicy e André Santos; os colegas secretários; e para agradecer pela oportunidade de estar aqui para discutirmos o Orçamento.

Preparamos a nossa apresentação em relação aos números do Orçamento, que será feita pelo nosso Secretário-Adjunto, Alexandre Modonezi.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. ALEXANDRE MODONEZI – Sr. Presidente, Vereadores, colegas, fizemos uma apresentação separando as principais atividades da Secretaria das Subprefeituras Regionais.

No primeiro *slide* estão os recursos para à Zeladoria da Cidade. No Orçamento do ano passado para 2019, nós tivemos um crescimento do orçado para a Zeladoria, o que veio devido o acréscimo dos serviços que vão ser feitos na Cidade, como a liberação de atas de registro de preços e mais equipes de zeladoria. Com isso houve um acréscimo para adequar às necessidades de mais equipes da zeladoria. Aqui o *slide* está mostrando como estava e como ficou. Está com 664 milhões de reais.

Quanto à pavimentação acabou tendo no Recap uma queda na fonte 00, isso muito na expectativa do fundo de multas, o que acontece durante o ano. E acabamos tendo o

acréscimo do Fundo e conseguimos continuar com o projeto de Recap na Cidade.

Aqui temos um incremento para a retomada do projeto de melhoria das calçadas da Cidade, que é uma necessidade que está junto com um projeto *tocado* em várias Secretarias, como da Saúde, da Acessibilidade, que vai dar mais acesso e segurança ao pedestre. Há então esse crescimento no Orçamento para a melhoria das calçadas.

O PAC tem previsto um crescimento no Orçamento do ano que vem.

Quanto à melhoria dos bairros, houve uma redução daquilo que constava. Foi executado no ano mais do que o orçado na intervenção em melhorias para os bairros. Na rubrica 1170 temos também um acréscimo prevendo intervenções locais e melhorias nas regiões da Cidade.

O Fundurb tem previsão de crescimento, e pode usar também da rubrica 1170.

Aqui nós temos um acréscimo bem grande: de 16 para 69 milhões, onde a gente compensa muito da redução que houve na rubrica 1170, utilizando uma fonte de recurso possível sem ser a fonte do Tesouro.

No fundo de trânsito, utilizado para o tapa-buraco da Cidade, mantivemos o mesmo valor, são 120 milhões divididos ao longo dos 12 meses para utilização na fabricação de massa e na aplicação do tapa-buraco. Aqui na Pavimentação e Recap há uma redução inicial do fundo, de 300 para 100 milhões. Temos a expectativa de que, durante o ano, consigamos reverter aumentando o valor, e aí ampliando o valor do Recap.

O FMSAI em áreas de risco, nós tivemos crescimento. São recursos necessários pra Cidade, tivemos então um crescimento para 2019. Para o FMSAI inicialmente tivemos um pouco menos de recursos, mas neste ano tivemos bons recursos se comparado há 2017, quando então executamos muitas obras. Eu acho que dando andamento este ano, com o complemento do ano que vem, a gente vai conseguir fazer um bom trabalho.

Nas áreas de risco da fonte 00 há recursos mais ou menos equalizados principalmente porque conseguimos um aumento da fonte 02 do PAC. Isso faz com que a

gente tenha um crescimento desses recursos e consiga cobrir as áreas de risco, o que é necessário pra Cidade.

Os conselhos tutelares, com o crescimento do valor que teve em 18 pelas necessidades apontadas pelos conselheiros, haverá uma melhora de infraestrutura pra eles. Há um orçado maior para atender os conselheiros.

Nas demais atividades também houve crescimento naquilo que estava previsto em 2018. Um crescimento pequeno, meio orgânico de 2% em relação a este ano. E para os demais projetos, a gente também conseguiu ter um crescimento pequeno, mas adequado de 2%.

A avaliação que a gente faz é que, dentro das possibilidades, conseguimos ter um orçamento melhor do que de 2018, com a condição de atender melhor às necessidades da Cidade.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado.

Então vamos deixar a Saúde por último porque o seu orçamento é mais robusto, mas não necessariamente em números, e não atende a necessidade da população.

Agora vamos à Secretária Aline Cardoso da Secretaria do Desenvolvimento Econômico.

- A oradora passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

A SRA. ALINE CARDOSO - Bom dia a todos e todas. É um prazer estar aqui na nossa Casa, na Casa do Povo, que também é a minha casa. Queria cumprimentar todos os Colegas, agradecer pelo convite. E cumprimentar também todos os representantes das secretarias. A minha apresentação está um pouquinho maior que a sua, Modonezi. Estou agora meio constrangida. (Risos) Mas, vamos lá!

Primeiro quero lembrar que são três estruturas quando nós falamos da nossa área: Desenvolvimento Econômico. A Secretaria se chamava Trabalho e Empreendedorismo e

passou a se chamar Desenvolvimento Econômico. Com isso suas funções e competências foram ampliadas.

Nós temos a Adesampa, que é um serviço social autônomo que operacionaliza algumas das políticas de desenvolvimento econômico. Nós temos a Fundação Paulistana, que é uma fundação voltada à qualificação profissional.

Desde que nós assumimos a Secretaria, em julho do ano passado, trouxemos uma série de reestruturações a ela, fazendo com que, dentre outras coisas, a integração entre esses três organismos seja maior. Infelizmente, nós percebemos que, nos últimos anos, havia um descompasso entre as ações das diferentes áreas e das diferentes estruturas. Então, acho que é importante ressaltar que essa integração traz o melhor uso dos recursos e mais eficiência na implementação das políticas públicas.

Na Secretaria, nós temos três coordenadorias. Entre elas, está a de Segurança Alimentar e Nutricional, que é, vamos dizer assim, a evolução do que era a antiga Semab. Por que eu digo “evolução”? Porque, antigamente, a política municipal dessa área se limitava ao Abastecimento. Com o crescimento das atribuições de municípios em Segurança Alimentar e Nutricional, hoje fazemos muito mais do que fazia a Semab. Não é só a gestão de mercados e sacolões. Nós temos uma verdadeira política municipal de Segurança Alimentar, que está embasada tanto na política nacional quanto no Pacto de Milão e outros acordos internacionais. Então, vou falar mais para frente sobre isso. Há a Coordenadoria de Desenvolvimento Econômico e a Coordenadoria do Trabalho. Essas são as áreas dentro da Secretaria, fora a Adesampa e a Fundação, como eu já falei.

No nosso plano de metas nós temos quatro metas vinculadas às nossas ações: a 37, que é de Segurança Alimentar; a 38, que é de Desenvolvimento Econômico; a 39, que é de Trabalho; e a 40, que é voltada ao Empreenda Fácil e é uma meta da qual nós participamos, embora, em princípio, ela esteja vinculada à Secretaria da SMIT.

Fazendo, aqui, uma rápida introdução sobre o tema orçamentário, eu vou falar

sobre as ações e depois eu volto a falar sobre o tema orçamentário. Nós percebemos que, nos últimos anos, houve quedas significativas nos recursos da nossa pasta. De 2017 para 2018, por exemplo, a Câmara aprovou um orçamento significativamente menor para a pasta. Eu confesso que não tenho o histórico dessa situação, mas imagino que tenha sido, inclusive, por uma dificuldade na aplicação dos recursos, porque, como eu disse, as áreas não eram integradas e o uso desse recurso público estava sendo feito de uma maneira um pouco desestruturada. Então, provavelmente por isso, a Câmara reduziu esse orçamento da Secretaria.

Porém, isso nos prejudicou bastante, na medida em que nós melhoramos o escopo de atuação, reorganizamos a Secretaria e trouxemos um novo norte, novas diretrizes e novas ações para a pasta. Então, hoje, nós sofremos as consequências daquele corte de recursos, tanto na Secretaria, que, como vocês podem ver, tem um orçamento previsto de 76 milhões para este ano, quanto na Fundação, que tem um orçamento previsto de 20 milhões, quando, ao ver o lado da direita, nós percebemos a gravidade da situação do desemprego no Município.

Então, nós passamos de 12%, em 2015, para mais de 17%, em 2018, de forma inversamente proporcional à queda de orçamento da pasta, que cuida do desemprego e das políticas de empregabilidade e geração de renda. Então, temos, aqui, já, um paradoxo entre as necessidades de serviço do cidadão e os recursos de orçamento previstos para a nossa pasta.

Vou passar, aqui, rapidamente, pelas ações de 2018 e de 2019, porque, como nós reestruturamos muitos serviços da Secretaria, temos muitas ações novas sendo realizadas e eu acho importante falar sobre isso, para que tanto os colegas Vereadores que vão aprovar o nosso orçamento quanto o cidadão e as organizações da sociedade civil possam entender o que nós estamos fazendo com o orçamento e por que nós precisamos desse orçamento – e, talvez, até, na medida do possível, de uma ampliação dele.

Falando, primeiramente, sobre Segurança Alimentar, o universo de equipamentos e de atribuições da Secretaria nessa área é gigantesco. Nós temos, por exemplo, mais de 12 mil

– quase 13 mil – permissionários vinculados à nossa pasta por causa das feiras livres, dos mercados e dos sacolões. Também temos duas centrais de abastecimento. Estamos ampliando, também, o tema de orgânicos. Aqui eu estou falando mais da distribuição e da oferta – e não tanto da produção. Falarei sobre isso depois.

Há dois Cresans e nós estamos ampliando – vou falar mais para frente, também – o uso dos Cresans e do Banco de Alimentos. O Banco de Alimentos passa hoje por uma reforma. Nós conseguimos, inclusive, recursos do Governo Federal para essa reforma, o que nos ajuda a complementar nosso escasso orçamento de manutenção e infraestrutura municipal. Então, com a fonte federal, foi possível entrarmos nesse processo de manutenção do Banco de Alimentos, que é uma política muito importante, que nós também revisamos, reestruturamos e aperfeiçoamos no último ano – até porque foi necessário fazer uma espécie de auditoria nas entidades que recebiam esses alimentos oriundos do Banco.

Em relação ao Plamsan, só para conhecimento, o Plamsan, o Plano Municipal, é um plano que envolve muitas secretarias. Inclusive, nós temos a Caisan, que é a Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar, que envolve 14 secretarias. No Plamsan, cada Secretaria tem as suas atribuições. Vou dar um exemplo: a Secretaria Municipal de Educação tem atribuições ligadas à merenda, a Secretaria de Saúde tem atribuições ligadas à questão nutricional, a Secretaria de Direitos Humanos e a de Assistência têm outras atribuições, e assim sucessivamente. Porém, 49 das 113 metas estão diretamente ligadas à nossa Secretaria e mais de 73% delas estão em andamento. Algumas vão precisar ser revisadas, mas o Plano está avançando bem.

É importante ressaltar, também, que eu estive em uma audiência pública aqui, na Câmara, liderada pela Vereadora Sâmia Bomfim, e que o orçamento municipal de Segurança Alimentar, justamente pelas razões que eu acabo de citar, não é um orçamento exclusivamente ligado à nossa Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Se nós quisermos fazer um apanhado sobre o que é, de fato, orçamento da Secretaria, de Segurança Alimentar do

Município, nós teríamos de somar os orçamentos das outras pastas que lidam com o tema. Como eu disse, de 113 metas, só 49 estão na nossa pasta. Então, há orçamento de Segurança Alimentar espalhado em várias outras secretarias e acho importante fazer essa observação, porque muitas pessoas questionam que o orçamento de Segurança Alimentar deveria ser maior. Na verdade, ele é maior, mas isso está embutido em outras pastas.

Em relação à parte de Agricultura, como vocês sabem, quase 30% da superfície do Município é de terras agrícolas e nós estamos ampliando, também, esse atendimento. Temos, hoje, duas Casas de Agricultura e demos um belo *upgrade* na Casa de Agricultura de Parelheiros, inclusive, com apoio do programa Ligue os Pontos, que é um recurso que foi recebido da fundação *Bloomberg*, para apoio aos agricultores. Estamos elaborando o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. A proposta é uma entrega em março do ano que vem.

Também temos atendimento aos agricultores e o PAA, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, por meio do qual nós negociamos, meu querido colega, Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy, uma ampliação do recurso junto ao Ministério do Desenvolvimento Social. Estavam originalmente previstos de dois a três milhões. Hoje, nós conseguimos quatro milhões de reais para a aquisição de produtos da Agricultura Familiar, que vão ser depois distribuídos para as famílias em situação de insegurança alimentar.

Temos algumas cozinhas, que são utilizadas tanto para a parte de Segurança Nutricional e Alimentar, ensinando as pessoas a se alimentar melhor e fazer um aproveitamento integral dos alimentos, mas também para estímulo à geração de renda ligada à Segurança Alimentar e Nutricional. Nós estamos, hoje, com uma média de quatro mil pessoas qualificadas por ano nessas cozinhas e estamos fazendo muitas parcerias para o uso dessas cozinhas, de forma que esse número deve aumentar significativamente em 2019.

Uma das campanhas bastante interessantes que nós conseguimos implementar nos últimos meses foi a Campanha de Combate ao Desperdício de Alimentos. Esse é um tema

gravíssimo. No mundo todo se desperdiça muito alimento bom. Entretanto, infelizmente, o Brasil faz parte dos países que mais desperdiçam alimentos em toda a cadeia, desde a Agricultura até o supermercado – mas, também, na casa do consumidor. Estamos dando início, agora, a uma grande campanha de conscientização para que as pessoas não joguem fora seus alimentos e estamos começando dentro da própria Prefeitura, ou seja, nos mercados, sacolões, feiras livres. Nós já estamos com uma grande campanha e já foram coletadas e distribuídas mais de 65 toneladas de alimentos. Essa é uma parceria que está sendo feita também com a Amlurb, para que ela nos ajude na disseminação das informações, inclusive nas feiras livres, onde muitas e muitas toneladas de alimentos bons são jogados fora todos os dias. Acreditamos que no auge dessa campanha possamos chegar a 300 toneladas de alimentos por mês, que iriam para os aterros e que podem vir para a mesa dos paulistanos, porque estão em boas condições para consumo, mas também podem ir para compostagem, o que faz com que o ciclo se feche, voltando para uma agricultura saudável.

As hortas são cerca de 800 na cidade de São Paulo, muitas delas na rede de educação. Também damos assistência técnica para as hortas que não são da nossa Secretaria, mas ajudamos a disseminar conhecimento. Temos 70 hortas explicitamente e profundamente atendidas pela nossa Secretaria, hortas essas que servem, tanto para a segurança alimentar, quanto para a geração de renda.

Criamos esse ano pela primeira vez a Semana Municipal de Alimentação em torno do dia 16 de outubro, que é o Dia Mundial da Alimentação, onde atendemos só nessa semana mais de mil pessoas, inclusive, merendeiras, ensinando-lhes, por exemplo, o aproveitamento integral de alimentos.

E, por fim, o último *slide* na área da segurança alimentar, em que criamos o Observatório da Gastronomia. Por quê? Houve até uma crítica: precisa do Observatório da Gastronomia? Não estamos falando sobre a alta gastronomia e sim sobre a cadeia da alimentação, desde a agricultura até os restaurantes, passando por todas as áreas, inclusive as

escolas de alimentação e gastronomia, supermercados, Ceagesp, etc. e tal.

Para o conhecimento dos senhores, só no Município de São Paulo, mais de 400 mil pessoas trabalham com a alimentação, ou seja, é um setor muito importante para a segurança alimentar, mas também para a geração de renda e nunca houve uma política pública integrada de atendimento a essa cadeia. Então, estamos, através desse Observatório, dialogando com toda a rede para, direta ou indiretamente, falar com essas 400 mil pessoas e permitir que os gargalos sejam superados e as oportunidades maximizadas.

Vou passar agora para a área de atendimento aos empreendedores. Essa gestão iniciou, no ano passado, um programa chamado Empreenda Fácil. O Empreenda Fácil inicialmente era visto só como a desburocratização da abertura de empresas. Integrando o trabalho da Secretaria de Desenvolvimento Econômico com o trabalho da SMIT. Estamos ampliando esse nome, Empreenda Fácil, para todas as políticas ligadas ao empreendedorismo. Então, vocês podem ver aqui seis eixos dessa política de atendimento aos empreendedores. A cultura empreendedora, o desenvolvimento e a capacitação dos empreendedores, o ambiente regulatório – aqui sim, é especificamente a redução do tempo de abertura e fechamento de empresas – a infraestrutura – vou apresentar no próximo *slide*, o acesso ao capital e o acesso ao mercado. Então, estamos passando por uma grande ampliação da política de empreendedorismo no Município.

Temos, por exemplo, cursos já acontecendo para empreendedores, como o Mais Mulheres, que é focado em mulheres empreendedoras e o Criado em Sampa, que é focado em empreendedores criativos. Aqui são qualificações mais profundas, e já atendemos 180 empreendedores.

Nas qualificações mais superficiais, pode passar, por favor, que estão na outra tela, atendemos mais de 13 mil empreendedores esse ano.

Ampliamos também o Vai Tec, que é uma política de apoio aos empreendedores de periferia que querem atuar com tecnologia. Então, aqui a gente está falando de *startups*. Essa

política foi iniciada na gestão passada, mas foi significativamente ampliada nessa gestão, porque criamos nela também a Fábrica de Negócios, ou seja, originalmente o Vai Tec atendia só 24 empreendedores, que recebem a bolsa. Eram só 24 bolsas e continuam sendo somente 24 bolsas. Bolsas de 32 mil reais, portanto muito significativas. Mas, como vocês podem ver, hoje o Vai Tec, dessa forma expandida, com a Fábrica de Negócios, atende 500 jovens no Município, dando-lhes a qualificação e o preparo para atuarem em *startups* e negócios na área de tecnologia.

Pode passar. Temos uma política nova que está sendo desenhada agora, mas vai ser implementada só em 2019 e para isso precisamos de recurso também, que são os *coworks*, os espaços de trabalho compartilhados em espaços públicos municipais. Vocês podem ver nesse mapa os pontinhos verdes, que são os *coworks* que existem na cidade de São Paulo. Então, vocês já ouviram falar da WeWork, do Google Campus, da Oxigênio, enfim, de uma série de incubadoras ou de *coworkings* que atendem provedores na cidade de São Paulo. E aí você pode falar: “Então a cidade está bem atendida”. Ora, vocês podem observar que todos esses equipamentos estão no eixo da Faria Lima, da Vila Olímpia, dos Jardins e da Avenida Paulista.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ALINE CARDOSO – Então, aí é que está, a Prefeitura...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ALINE CARDOSO – É isso o que estou dizendo, gente. Esses empreendimentos verdes são privados. A Prefeitura, constatando que os empreendedores de periferia não estão atendidos está criando um programa novo para atendimento de empreendedores nas periferias. Agora vocês deviam estar felizes, não é? Reclamam quando não têm, deveriam agradecer quando têm, não é?

Estamos apresentando os quatro primeiros para 2019, que estão localizados em regiões mais periféricas e devem começar a funcionar já em janeiro ou fevereiro do ano que

vem, quatro unidades iniciais em 2019.

Iniciamos também de maneira bastante estruturada uma política de atendimento a artesanato e manualidades. Fizemos uma grande pesquisa inédita no Município de São Paulo, dialogando com 500 artesãos e trabalhadores manuais para entender a realidade desses profissionais e ajudá-los a gerar renda e superar os gargalos. Já iniciamos esse programa esse mês com um evento grande e a expectativa é atender nessa política de 25 a 30 mil pessoas que vivem de artesanato e manualidades, lembrando que essas pessoas muitas vezes são idosos, mulheres que não podem sair de casa por causa dos filhos ou pessoas que têm dificuldade de locomoção e pessoas com deficiência. Então, é uma política pública bastante inclusiva.

Temos o Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico, que pretende nortear as principais estratégias de desenvolvimento da Cidade nos próximos anos. Várias cidades do mundo fizeram isso, aqui tenho uma foto, por exemplo, de Medellín, na Colômbia, onde como em São Paulo o crescimento acontecia de maneira muito desordenada e muito orgânica. Quando você cria uma política pública de desenvolvimento econômico, você decide onde vai catalisar os seus recursos e os seus esforços, para fazer com que haja mais geração de renda e possamos trabalhar na redução de desigualdades. Ou seja, que as regiões mais carentes recebam mais apoio para a indução do seu desenvolvimento. Essa é uma política, portanto, que visa reduzir as desigualdades do Município e está começando a ser implementada agora. Em 2019, deveremos entregar para os paulistanos um plano de desenvolvimento econômico para os próximos dez anos.

Passando agora para a área do trabalho, que é a última, mais cinco minutinhos só. Os CATEs, que os senhores conhecem – temos 24 espalhados na Cidade – já atenderam esse ano mais de um milhão de pessoas. Esse um milhão de pessoas fazem vários serviços conosco, alguns buscam emprego; outros, emissão de carteira de trabalho; alguns querem falar sobre como se portar numa entrevista de emprego ou fazer um currículo. Aqui tem a

divisão dos atendimentos para vocês entenderem como funcionam os CATEs. Os CATEs são a política mais cara da nossa Secretaria, tem um custo alto e infelizmente a Fonte 02, o Governo Federal, não tem repassado os recursos que deveria. Portanto, essa é uma política para a qual precisamos de bastante recurso, mas vocês podem ver que é para atender um milhão de trabalhadores, que nos procuram nesses 24 postos. Portanto, é um recurso público muito bem utilizado.

Criamos também um grande mutirão de trabalho chamado Contrato SP, que teve o foco das três primeiras edições baseado em pessoas com deficiência e a última edição, que aconteceu nos últimos 15 dias, foi específico para vagas de temporários de final de ano. Conseguimos alavancar 7.500 vagas de emprego ao todo e atendemos 12 mil pessoas só nessas operações. Portanto, são operações muito pontuais e muito focadas de geração de emprego e intermediação de mão de obra para os paulistanos.

Temos as políticas socioassistenciais como o POT e a Bolsa Trabalho, onde tem bolsa para o cidadão. No caso dos POTs, reformulamos todas as políticas para que haja mais qualificação e também redesenhamos todo o POT destinado a pessoas em situação de uso de substâncias químicas. Esse POT passou por um edital de chamamento, foi totalmente reestruturado, já tem uma entidade vencedora e está sendo agora desenhado para ser implementado em 2019 e atender 300 usuários de substâncias químicas, que estão em tratamento e que estão saindo do uso das substâncias químicas, porque essa é uma política de trabalhabilidade e geração de renda. Portanto estamos falando aqui da porta de saída, não é para quem ainda está num consumo muito abusivo, porque essas pessoas infelizmente ainda não conseguem “performar” no trabalho como devem. Então, é uma política destinada para quem está em tratamento.

Reformulamos o Observatório do Trabalho, porque seu atendimento era bastante limitado. O atendimento agora está bastante robusto e para 2019 isso deverá estar no nosso portal. Estamos inovando no Município de São Paulo, até a OIT – Organização Internacional do

Trabalho – elogiou a cidade de São Paulo, que tem direcionado as suas políticas de trabalho e emprego baseadas nas premissas do futuro do trabalho. Como vocês sabem, as profissões estão passando por muitas transformações, 60% das profissões que existem hoje não existirão em 2020 e se não fizermos nada e não olharmos para essas mudanças haverá mais desemprego e exclusão. Portanto, o Município de São Paulo, atento a isso, tem destinado muitas energias e alguns recursos para pensar no futuro do trabalho, para que todas essas políticas sobre as quais falamos sejam direcionadas para as profissões que de fato terão oportunidades e para que possamos qualificar o cidadão para de fato entrar no mercado de trabalho e não ficar excluído com essas mudanças que acontecem.

Faz parte dessa revisão a reestruturação da Fundação Paulistana, que durante alguns anos ficou agindo sem norte, qualificando as pessoas para o mercado de trabalho, mas sem necessariamente saber quais eram as demandas do mercado de trabalho. Fizemos estudos sobre as demandas do mercado de trabalho e estudamos as premissas do futuro do trabalho e redesenhamos toda a Fundação Paulistana, que hoje atua de maneira bem mais intensa. Em 2019 atuará de maneira mais intensa ainda, nossa meta é chegar a qualificar cem mil pessoas por ano. Para isso, também usaremos ferramentas bastante inovadoras, como o EAD e vamos também focar nos eixos de maior empregabilidade. Hoje estamos falando de tecnologia, de gastronomia, de economia criativa, de sustentabilidade, de saúde e bem estar, e de administração, gestão e empreendedorismo. Esses são os seis eixos onde deveremos qualificar mais pessoas para que possam de fato usar essa oportunidade que a Prefeitura dá para entrar no mercado de trabalho.

Dito tudo isso, para que os senhores entendam as evoluções pelas quais passamos nessa Secretaria e nas suas indiretas, vou falar agora um pouco dos recursos orçamentários. Nosso orçamento, apresentado para a Secretaria em 2019, é da ordem de 76 milhões de reais. É um recurso que obviamente nos permite implementar bastante políticas, mas para uma escala que gostaríamos, ainda não é suficiente. Entendemos todas as dificuldades pela qual o

Orçamento Municipal passa, mas cabe aqui dizer que queremos defender as políticas de trabalho, emprego e geração de renda para os paulistanos.

Na qualificação profissional, o orçamento da Fundação Paulistana é da ordem de 20 milhões. Ele também é significativamente menor do que em 2017, o que é uma pena, porque agora, como vocês viram, temos uma política bastante estruturada para direcionar a qualificação profissional para lugares onde será mais efetiva.

Finalizando nosso último *slide*, dizendo que com os 76 milhões mais os 20 milhões da Fundação já poderemos sim fazer bastante coisa, como vocês viram, políticas muito inovadoras. Mas, se conseguirmos – faço um apelo para os colegas Vereadores – ampliar um pouco essa política. Como a falta de emprego e a necessidade de geração de renda é uma demanda universal, em qualquer setor que os senhores atuem, em qualquer região da Cidade, qualquer Bancada que os senhores representem, todos demandam mais emprego. Então, precisamos de mais recurso e hoje temos muito orgulho de dizer que a Secretaria e a Fundação estão bem estruturadas para receberem esses recursos. A nossa demanda seria de quatro milhões para a área de desenvolvimento econômico e para aquele programa que vai reduzir desigualdades na Cidade; de sete milhões para o CATE, que é aquele atendimento de um a dois milhões de pessoas por ano; de dez milhões de reais para a área de qualificação profissional para que possamos chegar àqueles cem mil atendimentos por ano; e cinco milhões de reais para melhorarmos a acessibilidade, especialmente para as pessoas com deficiência nos mercados e sacolões municipais.

Essa, então, é a realidade da área de desenvolvimento econômico hoje e a nossa realidade orçamentária. Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Secretária Aline Cardoso. Quero anunciar a presença do Vereador Gilberto Natalini.

Nós criamos um *hotsite* para permitir àquela pessoa que não pode estar presente, não pode se manifestar, possa fazer sugestões através desse endereço. Vocês podem anotar:

www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2019. Todas as sugestões podem ser enviadas através desse *site*.

Vereador Amauri, por gentileza, componha a Mesa conosco. Agora é a vez Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência. O Secretário está a caminho, mas a Secretária-Adjunta Marinalva Cruz vai fazer a exposição. Por favor.

A SRA. ALINE CARDOSO – Vereador Jair, só para dizer que esqueci de abordar um tema e que o Vereador André Santos me lembrou muito bem, que é o tema do afroempreendedorismo. É uma das políticas que a gente quer reestruturar e ampliar para 2019, inclusive, com o apoio do Vereador também. Esqueci de deixar registrado na apresentação. Obrigada.

- A oradora passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

A SRA. MARINALVA CRUZ – Bom dia a todos e todas. Gostaria de cumprimentar todos os Vereadores, os colegas de Secretaria aqui presentes e todos vocês que se disponibilizaram nesta manhã de acompanhar e participar e, enfim, de também nos orientar em relação ao Orçamento.

Eu não sei se todos conhecem e sabem o que é a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, diferente da Secretaria das Prefeituras Regionais e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, que já fizeram a apresentação dos seus orçamentos previstos para 2019, nós somos Secretaria meio, ou seja, diferente dessas duas que já apresentaram, nós não estamos lá na ponta fazendo nenhum serviço de execução. Nosso papel, enquanto Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, é atuar nessa interlocução com todas as outras Secretarias com um único objetivo que é garantir a inclusão das pessoas com deficiência. Isso quer dizer que nós não desejamos, nem é isso que seria inclusão de verdade, que seja criado algo exclusivo para quem tem deficiência. O objetivo é que todas as ações sejam pensadas valorizando todo e qualquer indivíduo.

Logo, quando a Secretaria Municipal da Subprefeitura falou sobre a melhoria nas

calçadas, isso é bom para quem tem deficiência, para quem faz uso de cadeira de rodas, de muleta, andador, prótese, órtese, mas isso também é bom para o idoso, para a gestante, para a mãe que está empurrando o carrinho. Enfim, esse é o nosso papel: fazer essa interlocução com todas as outras Secretarias para que a pessoa com deficiência não seja deixada de fora e que todas as ações sejam pensadas na diversidade humana como um todo.

Feita essa explicação, vou apresentar o nosso Orçamento, que é dividido em duas etapas. A primeira, estamos chamando a etapa relacionada à atividade da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, cujo orçamento total é de 4 milhões e 516 mil. Quais são as atividades que envolvem esse orçamento?

Os serviços de terceiros, por exemplo, a manutenção de alguns elevadores existentes em alguns equipamentos, que não são da Smped, mas que - como eu disse -, o nosso papel é atuar de forma intersecretarial. Dessa maneira, a gente desenvolve algumas ações em parceria com outras Secretarias e algumas dessas ações envolvem recursos da própria Smped, da própria Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência.

Então, a manutenção dos elevadores das piscinas, que facilitam o entrar e sair de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida e sucessivamente, a implantação de parques inclusivos, com o objetivo de que crianças com deficiência possam utilizar os mesmos espaços para brincar que sejam acessíveis, independente do tipo de deficiência que a criança tenha. Logo, para esses serviços de terceiros, temos um orçamento de um milhão, 411 mil e 237 reais.

Ainda dentro de Atividades, há as ações e eventos, por exemplo, cultura inclusiva, então, nessas ações e eventos o orçamento tem como principal objetivo garantir a acessibilidade em todas essas atividades. No Cultura Inclusiva todos os meses temos atividades com audiodescrição para pessoas com deficiência visual, libras para pessoas com deficiência auditiva, estenotipia que serve, por exemplo, para quem é surdo, mas que não conhece a língua brasileira de sinais. Todos os meses, em Atividades, da Secretaria Municipal

de Cultura, a Smped entra garantindo esses recursos de libras, audiodescrição e estenotipia.

Outras atividades também relacionadas a ações e eventos têm a ver com o paradesporto, um exemplo disso é o que aconteceu agora nos últimos quatro dias: 15 a 18, que foi o Campeonato Brasileiro de Futebol de Amputados, onde diversas equipes, diversos times puderam competir em diversos pontos da cidade com o Ibirapuera, Santo Amaro, e também no Centro Paralímpico Brasileiro. Para que isso aconteça, toda essa logística e a participação desses diferentes atletas com deficiência, há uma necessidade também de um certo investimento. Para isso o nosso orçamento é de 700 mil.

Ainda relacionado a Atividades, *softwares* e avatar em libras. É importante destacar que esses avatares não substituem o intérprete de libras, esse não é o objetivo para atividades como essa, para cinema, teatro, um curso, uma palestra, um treinamento é necessária a presença de um intérprete presencial como o que temos aqui hoje.

Esse avatar é específico para o *site*. Não sei se alguém ouviu, mas houve um comentário, esses dias, quando a gente lançou o avatar no *site* de que a Smped estava querendo substituir intérprete por avatar. Não é isso. O avatar é para o *site*, para texto fixo. Quando uma pessoa surda, que sabe a língua brasileira de sinais, acessa o *site*, e a ideia é que isso esteja em todos os *sites* da Prefeitura, e ela não sabe o que está escrito ali, ela clica no avatar e o avatar vai fazer a tradução daquele texto, daquela informação que é fixa no *site*. Essa tradução é automática, com base nesse texto fixo, e para isso o investimento é de 120 mil.

Ainda dentro da atividade que envolve orçamento da Smped, nós temos também o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. Esse Conselho realiza todo mês plenárias, que inclusive acontecem aqui nesta Casa, e um encontro paulistano que acontece no mês de agosto. Todos os meses de agosto há o encontro paulistano. Para essas atividades plenárias e também para o encontro paulistano, o orçamento de 2019 está em 80 mil.

Vale ressaltar que isso é apenas para plenária e que sempre é utilizado outro

recurso da administração direta para subsidiar as atividades do Conselho. Então, um exemplo: em 2018 já foram gastos, com atividades, mais de 240 mil, Ou seja, por mais que tenha esse valor apenas reservado, isso não significa que é somente esse valor. Acabamos nos utilizando de recursos da administração direta para outras atividades do conselho.

Continuando aqui. Dentro de Atividades, temos também a Central de Intermediação em Libras. Para esse serviço, o investimento é de 1 milhão. E o que é a Central de Intermediação de Libras? É um serviço disponível em várias modalidades - presencial, *in loco* e via aplicativo -, às pessoas com deficiência auditiva, que são usuárias da língua brasileira de sinais. O objetivo é que essas pessoas ao chegarem a qualquer serviço público do Município, que não tenha o intérprete de libras, possam acionar, via aplicativo, um intérprete de libras para fazer essa interlocução entre surdos e não surdos. Na modalidade *in loco*, o deficiente auditivo agenda esse atendimento via *WhatsApp* ou *e-mail*. Por exemplo, no dia de uma consulta médica ou de uma audiência pública, o deficiente auditivo terá um intérprete presencial para fazer essa tradução.

Há o atendimento presencial também, e para esse investimento está prevista a instalação do que chamamos de posto de atendimento presencial. Já temos, na Cidade, vários serviços instalados, inclusive no CATE Central, da Avenida Rio Branco. Então, é um equipamento com câmera. Toda vez que chega um surdo e que não tenha o intérprete presencial, nesse equipamento o funcionário do serviço aciona o intérprete de libras que estará do outro lado fazendo essa tradução. Por que esse atendimento presencial? Porque, se ele usar o aplicativo do celular, ele estará consumindo os seus dados móveis. Portanto, com o objetivo de que ele não consuma os seus dados móveis, há esse atendimento, que chamamos de posto de atendimento presencial. Nesse caso, o surdo usará os dados daquela unidade, a rede daquela unidade, e não os seus dados móveis. Mas caso ele precise fazer isso via celular, o surdo também terá a opção de ter o aplicativo no próprio celular.

Continuando. Capacitação de trabalhadores com deficiência. Então, estamos

falando do envolvimento de várias Secretarias: Saúde, Educação. Todas as Secretarias podem solicitar da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência o que chamamos, por exemplo, de oficina de libras. Esta é uma capacitação que tem o principal foco nas pessoas que fazem o atendimento ao público. Então, é uma oficina personalizada, onde se ensina ao servidor os sinais em libras que são coerentes com o tipo de atividade que ele executa. Se for na Saúde, serão sinais relacionadas àquela atividade. Se for no Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo no CATE, serão sinais relacionados ao mundo do trabalho, e assim sucessivamente.

Além da capacitação em libras, temos mensalmente a capacitação em acessibilidade. A Secretaria está dividida em várias coordenações e uma delas é a de Acessibilidade e Desenho Universal. Então, esses cursos voltados à área de acessibilidade têm como foco Engenheiros e Arquitetos. Enfim, pessoas que projetam, que desenvolvem espaços. Nesses cursos esses profissionais ficam sabendo o que é necessário para que esses espaços sejam acessíveis a todo tipo de público. Não é fazer apenas pensando que existem pessoas com deficiência. É pensar que as pessoas são diferentes, têm estaturas diferentes. Então, existe toda uma legislação que precisa ser conhecida por boa parte desses profissionais. Mas vale aqui ressaltar também que não precisa ser, necessariamente, só Engenheiro ou Arquiteto para fazer parte dessa capacitação.

Continuando aqui, esses são alguns exemplos do que a gente chama de ações de serviços de terceiros.

Relacionadas à parte de projetos voltados à inclusão, vou destacar algumas atividades que a Smped tem nessa linha de projetos. Um deles é o Observatório Municipal que, além de apontar o que a Cidade possui em termos de equipamentos acessíveis - isso está ligado ao que nós chamamos de mapas de serviços da rede -, o seu principal objetivo é fazer essa ponte entre as diferentes secretarias, entender o perfil das pessoas com deficiência atendidas em todas as secretarias, cruzando essas informações com o objetivo de trazer

melhorias e mais qualidade de vida para essa população.

Tenho certeza que esse diagnóstico é essencial, pois não dá para fazer políticas públicas sem um diagnóstico real. A proposta do Observatório é exatamente ter um diagnóstico real de quem, quantas e onde estão sendo atendidas as pessoas com deficiência da cidade de São Paulo.

Hoje, nós temos, de acordo com o IBGE, a informação de que somos quase três milhões, 2,7 milhões, de pessoas na cidade de São Paulo, porém, há um conceito. É obvio que o senso do IBGE não foi pensado com o objetivo de caracterizar quem é ou não pessoa com deficiência dentro desse novo conceito, mas é importante saber se são três milhões mesmo de pessoas? Seria menos? Quem são essas pessoas? Quais os tipos de deficiência? O Observatório pode ajudar bastante, não só pode como já tem ajudado nesse mapeamento de informações. Pode passar, por favor.

Há publicações nos formatos digital e impresso, informações com base não só em questões relacionadas à acessibilidade, mas há vários materiais ligados ao empreendedorismo, à acessibilidade, a dicas de como se relacionar com pessoas com deficiência. Dentro desse Orçamento, estão envolvidos todos os materiais com os recursos de acessibilidade. O material vai ficar disponível para quem quiser fazer o *download*, está disponível também em formato impresso.

No formato digital figura com todos os recursos de acessibilidade, ou seja, Libras para as pessoas surdas usuárias da Língua Brasileira de Sinais; descrição das imagens para que as pessoas cegas consigam saber que tipo de informação é aquela, pensando na cartilha que fala sobre acessibilidade. Existe uma série de desenhos, então que desenho é esse e o que ele quer dizer. Essas publicações todas são em formato digital. Pode passar, por favor.

O projeto de acessibilidade digital é uma das metas do Programa de Metas. O projeto de acessibilidade digital - de novo - por ser Secretaria meio, nós não temos o poder de ir à ponta executar para que essa acessibilidade aconteça. Mas, através de certificações, como

o selo de acessibilidade digital, nós conseguimos avaliar *sites*, na Prefeitura tem todo esse processo, temos avançado bastante. Avaliamos e certificamos os *sites*, e essa certificação garante que a pessoa com deficiência visual possa, por exemplo, acessar todas as informações que constam naquele *site*, com total autonomia como qualquer outro cidadão. Pode passar, por favor.

O projeto cidade mais acessível é outro projeto dentro do Programa de Metas. Dentro dele o objetivo é ampliar e reorganizar as estratégias dos serviços e atividades e também apoio na realização de obras. Foram mencionados aqui, pela Secretaria Municipal das Subprefeituras, alguns recursos viabilizados através da Smped como, por exemplo, a compra de piso tátil para ser instalado nos rebaixamentos para que facilite ali o dia a dia das pessoas cegas, das pessoas com baixa visão. Somos uma Secretaria meio, mas existe essa necessidade junto às outras secretarias para que as pessoas com deficiência possam circular pela Cidade com mais segurança e autonomia.

Fomento para acessibilidade. Esse é o maior recurso da Secretaria e está direcionado ao fomento para a acessibilidade. E esse fomento envolve programas, projetos, ações destinadas à inclusão e à promoção dos direitos da pessoa com deficiência no âmbito municipal em parceria com as diversas secretarias e conselhos. E um dos conselhos muito próximo é o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. Então para fomento à acessibilidade esse é o maior investimento e recurso da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, promover ações que garantam a participação maior da população com deficiência na cidade de São Paulo.

A princípio é isso. Muito obrigada.

- Assume a presidência a Sra. Soninha Francine.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Agradeço à Secretária-Adjunta e passo a palavra ao representante da Secretaria da Saúde.

O SR. MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES - Bom dia a todos e a todas,

cumprimento os Vereadores presentes através da Vereadora Soninha, presidindo a Mesa, falar da minha satisfação de estar de volta a esta Casa onde já participei de vários debates, inclusive, sobre esse tema tão árido que é o orçamento.

É importante que tenhamos clareza de que as ações e serviços públicos de Saúde na esfera municipal não são isolados. Fazem parte de um conjunto de ações e serviços de Saúde de abrangência estadual e federal que configuram uma rede hierarquizada, integrada, que costumamos chamar de Sistema Único de Saúde previsto já na Constituição de 1988.

Isso é importante: que se tenha clareza, porque nos últimos anos tem acontecido com frequência uma situação que acontecia há muitos anos, a famosa substituição de fontes. Diante das adversidades enfrentadas pelo país da macroeconomia, é claro que isso traz pressões adicionais sobre o orçamento do Município porque acaba tendo que complementar os recursos que faltam e deixam de ser aportados no Sistema de Saúde pelas outras esferas.

No próximo gráfico podemos perceber a evolução desses recursos ao longo do tempo ao financiamento federal à Saúde que reduziu em quase quatro pontos percentuais. Isso faz com que o orçamento do Município - dado que o orçamento repassado pelo Estado se mantém estável – tenha de fazer frente a esta redução.

Esses quase quatro pontos percentuais chegam a algo perto de 500 milhões de reais que estão ausentes do financiamento à Saúde no Município de São Paulo. E que tem de ser aportados pelo Tesouro Municipal fazendo frente e competindo com outras importantes demandas, como vimos aqui, das Secretarias das Subprefeituras, da Pessoa com Deficiência, Desenvolvimento Econômico e Educação.

Então esses recursos são aportados da mesma fonte que financia outras ações e que é recolhido do contribuinte do Município.

Agora o Município de São Paulo, a Prefeitura, tem buscado alternativas para aumentar o financiamento à saúde, o aporte de recursos à saúde municipal, sem necessariamente deixar de atender outras prioridades do Município. Um exemplo disso é o

Projeto Avança Saúde, aprovado por esta Casa, com o maior apoio dos Vereadores a essa lei que permite a contratação do empréstimo de cerca de R\$ 200 milhões de dólares do BID, a serem aportados na saúde do Município, sendo metade do BID e quase a metade de recursos do Município que serão direcionados para a modernização e reorganização, integração das redes de atenção à saúde.

Para a melhoria da eficiência e da qualidade do sistema de saúde, nós temos muito que ampliar a capacidade institucional da Secretaria de Saúde. Estive fora do Município cerca de 10 anos e me surpreendi muito quando voltei, porque a capacidade institucional da Secretaria de Saúde não era a mesma que tínhamos trabalhado há 10 anos. Portanto, é preciso avançar muito no fortalecimento institucional da Secretaria, para que haja um bom atendimento à população.

Estamos falando de ampliar a gestão da tecnologia de informação, que facilita muito a vida do cidadão, facilita muito a gestão do sistema de saúde, porque praticamente fazemos qualquer coisa através do celular.

Não bastasse o Programa Avança Saúde, há uma orientação clara do Prefeito Bruno Covas ao Secretário Edson que, por sua vez, repassa à sua equipe, no sentido de que temos de melhorar e ampliar a qualificação da infraestrutura dos equipamentos de saúde, fazendo isso de maneira racional, ou seja, por para funcionar rapidamente o que já existe, porque não adianta ter várias construções que demorem anos. O melhor é ter menos construções, que demorem seis meses para acabar, depois começar outra. Isso é racionalizar, atender e colocar a população em primeiro lugar.

Nessas iniciativas previstas, podemos destacar investimento de cerca de R\$ 509 milhões, não só ao Programa Avança Saúde, mas também para a construção de UBS; ampliação, reforma e requalificação de hospitais; construção de Unidades de Pronto-Atendimento e equipamentos. Estou vendo vários cartazes aqui pedindo um tomógrafo no Hospital do Campo Limpo. Esse equipamento está previsto e precisa ser entendido como

prioridade, já que a população está pedindo. E há previsão de compra e aquisição de equipamentos pela autarquia municipal para o ano de 2019.

Nós precisamos também ter claro que não basta fazer mais prédios, ter mais equipamentos, a gente precisa por para funcionar também o que já existe através da manutenção da rede municipal de saúde, que conta com quase mil equipamentos. É uma logística da maior dificuldade para ter medicamentos nas UBS, ter luva, máscara, para fazer o atendimento. É por isso que precisamos de mais gestão na saúde e, ao mesmo tempo, aumentar a capacitação institucional. Temos recursos previstos para isso de aproximadamente R\$ 7,6 bilhões, a serem aplicados na manutenção e operação das unidades de saúde em 2019.

Ao longo do tempo, o Município de São Paulo tem aplicado em serviços e ações de saúde mais do que estabelece o mínimo constitucional da Emenda 29, do ano de 2000. E temos aqui um ilustre representante que batalhou muito pela aprovação dessa emenda, o Vereador Natalini. Lembro-me de várias e várias batalhas que travamos no Congresso exatamente para aprovar essa emenda.

Dessa forma, o Município tem aplicado sistematicamente mais do que os 15% estabelecidos no piso constitucional. Em 2018, deve atingir mais do que 18%; e, em 2019, o Orçamento de partida já estabelece uma aplicação mínima de mais de 19%. Significa um aumento de quase um ponto percentual, o que demonstra a inequívoca prioridade que está sendo dada à área da saúde.

Boa parte desses recursos é aplicada através de contratos de gestão, que não se esgotam em si mesmos. Entre 2017 e 2018, nós entregamos, através dos contratos de gestão, 45 novas unidades de saúde à população; e, até maio de 2019, serão entregues mais 25 novas unidades.

No Orçamento consolidado de 2019, estão previstos R\$ 10,5 bilhões, sendo o maior ou segundo maior orçamento de órgão da Administração Direta. Desses R\$ 10,5 bilhões,

23% são para o pessoal e auxílio; aproximadamente 5% para novos investimentos; e 72% para operação e manutenção das unidades de saúde.

Como falamos anteriormente, mais de $\frac{3}{4}$ do Orçamento do Município de São Paulo é financiado com recursos do contribuinte do Município de São Paulo, e menos de $\frac{1}{4}$ vem de transferências federais e estaduais.

Está encerrada a minha apresentação, e me coloco à disposição para questionamentos.

Obrigado.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Esse é o momento de vocês.

Nós temos 30 inscrições. Podemos encerrar assim?

São três minutos para cada inscrito para falar sobre todos os temas. Obviamente, um destaca mais um tema ou outro, mas cada um pode discorrer sobre todas as secretarias que fizeram a sua exposição.

Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Bom dia, população paulistana, Sras. e Srs. Vereadores, Secretários, Conselheiros e Conselheiras, porque são os conselhos municipais que fazem a fiscalização, o controle e a transparência nesta cidade, do ponto de vista popular.

Pela ordem do que foi apresentado, vou começar pela Secretaria das Subprefeituras.

É lamentável que a dotação 11.169 não tenha sido executada este ano – reforma e acessibilidade em passeios públicos; 11 milhões vão desaparecer. É lamentável que nada foi executado de manutenção e operação de praça e atendimento ao cidadão. Mais lamentável ainda, pasmem: a Prefeitura de Vila Mariana executou mais verba do que a Prefeitura de Guaianases. A Prefeitura de Pinheiros executou mais verbas que a Prefeitura do Itaim Paulista. Fica nítido que a gestão Bruno Covas e Doria não prioriza a periferia de São Paulo. Isso está

provado. Porque o critério também deve ser social, pela situação de vulnerabilidade da população. E isso a gente não vê. A gente vê, por exemplo, que a Prefeitura do Itaim Paulista só executou 41% do seu orçamento; que a Prefeitura de Parelheiros só executou 38% do seu orçamento. M'Boi Mirim, o lanterninha, executou 31% do seu orçamento, de uma média de 83%, considerando até 31 de outubro. E Pinheiros executou 60%. Vila Mariana executou 57%. Então por que as prefeituras de periferia não estão executando o seu orçamento? Claro, muda secretário toda hora. Ano passado, não era esse Secretário. Então, infelizmente, a prioridade... Aliás, mudaram até o nome da Secretaria irregularmente. Prefeitura regional não existe; tinha que mudar a Lei Orgânica do Município. João Doria desrespeitou esta Casa, mudando nome, mudando placa, irregularmente, e teve que voltar atrás. (Palmas) Aliás, fora Doria!

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho: não vi a dotação para a Operação Trabalho – eu vi Bolsa Trabalho, Operação Trabalho eu não vi. Situação do Comusan – Conselho Municipal de Segurança Alimentar Nutricional. Ele deveria ser citado, porque faz controle social, e não foi citado.

Construção do mercado da zona Sul, o de Santo Amaro, que existe desde a década de 50: dos quatro milhões de reais, nada foi executado. Por que não se priorizou esse mercado histórico da região sul de São Paulo? Como também, Senador Suplicy, não se priorizou projetos de abastecimento e segurança alimentar nutricional. De 600 milhões, nada foi executado neste 2018. Da mesma forma, dos recursos para combate a incêndios, uma emenda de 150 mil, nada foi executado.

Dona Socorro! Parque Tecnológico da Zona Leste, Itaquera. Neste ano, de novo, não sairá, porque são 650 mil reais que a Secretária não executou. Como também no Vai Tec que, em dez meses, não teve nada liquidado. Infelizmente, 1,4 milhão e nada foi executado. E essas Secretarias correspondem a várias execuções zero: zero em ações em Educação e Segurança Alimentar e Nutricional; zero em incentivo à economia popular e solidária; zero em fomento a vocações produtivas locais e zero em fomento ao polo de desenvolvimento. É

lamentável que a sua Secretaria não esteja executando o orçamento aprovado no ano passado.

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Não. Trinta e um de outubro, 31 de outubro. Está aqui.

Pessoas com deficiência. Infelizmente é a pior execução orçamentária. Foram executados apenas cinco milhões de reais em dez meses. Uma média de menos de 600 mil reais por mês desta Secretaria. É lamentável. É desumano, com as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, termos uma execução tão ridícula desta Secretaria.

Para concluir, também queria falar que o Conselho das Pessoas com Deficiência recebe 360 reais por mês. Não são nem 400 reais por mês. É lamentável o desprestígio, novamente, com o controle social e conselhos. Queria também entender porque a dotação da Central de Libras, Guias e Intérpretes executou apenas 13 mil; projetos de inclusão para as pessoas com deficiência, 3 mil reais. Dotações ínfimas. E capacitação aos trabalhadores: zero. Infelizmente, mais um ano com grave dificuldade na questão das pessoas com deficiência.

Obrigado e quero me inscrever para a Saúde, ao final.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Fábio.

Tem a palavra o Sr. Tino Peres.

O SR. TINO PERES – Bom dia a todos.

É um prazer estar com vocês.

Vou utilizar o meu tempo para falar de um assunto que nunca é tratado: saúde mental. (Palmas) A saúde mental, na cidade de São Paulo, está relegada a um terceiro plano. A saúde emocional não está sendo bem tratada na Cidade.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, em 2020 a depressão será a causa que mais afastará as pessoas do trabalho. Já não é mais em 2020. Hoje a depressão já é a causa que mais afasta as pessoas do trabalho. Então, precisamos cuidar da saúde mental, da saúde emocional.

As nossas crianças, nas escolas, estão se automutilando, estão tentando o suicídio e a escola não sabe o que fazer com isso. A escola não sabe o que fazer. Aí nos chama para conversar com as crianças e o que você vai fazer? Eu não posso fazer nada. Mas manda para quem? Manda para a Unidade Básica de Saúde. Lá, não tem Psicólogo, não tem Psiquiatra. É uma pouca vergonha em um feriado de cinco dias as Unidades Básicas de Saúde ficarem fechadas. E, aí, a pessoa vai para onde? Vai entupir o Hospital do Campo Limpo, o Hospital do Tatuapé. Você não tem uma Unidade Básica de Saúde funcionando! Deveria funcionar 24 horas, todos os dias, para a pessoa poder melhorar a sua saúde. Mas a pessoa vai lá e encontra tudo fechado! Eu sei que o trabalhador também precisa descansar, mas precisa ter pessoas para o atendimento.

Você vai a uma Unidade Básica de Saúde e as pessoas que estão lá não sabem fazer um diagnóstico correto sobre doenças mentais e emocionais. Então, é necessário haver o treinamento para que as pessoas, que trabalham no atendimento, saibam o que estão fazendo, e que o acolhimento seja melhor.

Outro ponto. A saúde emocional pode ser ensinada nas escolas. Nós podemos aprender sobre saúde emocional. Nós podemos aprender como tratar um coleguinha que está triste, acolher um colega que está chorando. Isso não é ensinado na escola.

Na escola só aprende coisas e não sabe o que vai fazer com aquilo.

Então, pessoal da Saúde, estava aqui a Secretaria do Trabalho, da Deficiência, está tudo interligado. Uma pessoa que fica um ano, dois anos sem trabalho, você acha que essa pessoa não vai estar emocionalmente comprometida? Aí acontece igual há 30 dias, uma pessoa pula na frente do metrô, na Estação Belém, você para toda a cidade. Toda cidade fica atrapalhada porque uma pessoa está mal emocionalmente.

Agradeço a todos. Um bom trabalho para vocês. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Quero anunciar a presença do Vereador Paulo Frange, muito obrigado.

Tem a palavra Odaléia Paula Lima, depois Prudenciana Martins.

A SRA. ODALÉIA PAULA LIMA - Bom dia a todos.

Nós estamos aqui hoje porque o nosso hospital Campo Limpo precisa muito de vocês. O problema mais sério – e sobre os outros as minhas colegas vão falar - é sobre o aparelho, sobre o tomógrafo. Como é que uma paciente com problema seríssimo, com pedido médico de 31/07, vai marcar tomografia muito longe de casa, para o dia 06/12? É uma pessoa que está acamada, isso revolta. Atenção para a Dona Alzira, por favor.

Eu peço atenção de vocês carinhosamente: atenção com o Hospital Campo Limpo, comprem o nosso tomógrafo, será para ajudar muitas pessoas. A pessoa citada é apenas uma delas que precisa do tomógrafo. Todas as minhas colegas conselheiras vão falar a esse respeito.

Muito obrigada, peço a atenção de vocês. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Quero fazer um registro, o Vereador Atilio Francisco é o relator geral do Orçamento, ele está a caminho. A sua equipe técnica e nossa equipe técnica da Casa, todos estão aqui anotando absolutamente tudo. Além de toda audiência estar sendo gravada.

A Vereadora Rute Costa está presente entre nós. Obrigado, Vereadora.

Tem a palavra Prudenciana Martins do Fórum do Idoso de São Mateus.

A SRA. PRUDENCIANA MARTINS – Bom dia. Moro em São Mateus, sou coordenadora do Fórum do Idoso da região de São Mateus e conselheira do Município de São Paulo. São Mateus tem 426.790 habitantes, a estimativa é que 60% por cento dessa população é idosa, e 80% dela usa o SUS.

Então a gente está aqui reivindicando para São Mateus e também para a cidade de São Paulo porque não tem idoso só em São Mateus, tem idoso na Cidade toda.

Como Fórum do Idoso estamos reivindicando a construção de uma URSI, faz cinco anos que a gente está reivindicando e não sai a nossa construção. Já tem o terreno, que era

da SEME e foi disponibilizado pra gente. Também a implantação de equipe do PAI - Programa de Atenção ao Idoso. Tem um pouco lá, mas não dá conta nem da metade da população que tem lá, que é muito carente. A implantação também de Centro-Dia, que está no plano de metas – 10. A Cidade Amiga do Idoso que de amiga, a gente não tem muita coisa. A gente tá lutando muito pra isso. Também a construção da Vila dos Idosos no Distrito de Iguatemi, cedida pela Habitação. O transporte sanitário para atendimento ao idoso com dificuldade de locomoção, na Rede de Atenção Básica. A implantação de ILPI - Instituto de Longa Permanência para Idosos, a gente tem um, mas é muito pouco para toda população, estamos precisando de mais ILPI.

A gente pensa assim, com esse plano que apresentaram como é que a gente vai conseguir isso? Eu acho que é uma luta muito grande de todo nós, e não é só dos conselheiros, mas de todos nós.

Eu achei legal o pessoal que veio com os cartazes. Eu acho que nós todos devíamos ter vindo com cartaz também.

Eu estou com a cópia disso aqui, para o Secretário da Saúde: por favor, vocês olhem com carinho pra tudo isso que a gente passou pra vocês. Está ali na mesa.

- Assume a presidência a Sra. Soninha Francine.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Eu ia perguntar, a senhora deixou uma cópia conosco também?

A SRA. PRUDENCIANA MARTINS – Está ali na mesa com o pessoal.

Por favor, dá uma olhadinha com carinho porque em São Mateus a luta é muito grande por causa de idosos muito carentes.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – A próxima oradora inscrita é Lúcia Santos Moreira da Supervisão Técnica de Campo Limpo. Em seguida, Eliana Mendes da Cruz, conselheira do Campo Limpo.

A SRA. LUCIA SANTOS MOREIRA - Bom dia a todos e a todas. Um bom dia

especial aos Parlamentares e aos meus queridos companheiros de luta. Nós estamos nessa luta há muito tempo. A gente levanta a bandeira da Saúde e nos faz muito bem, embora a gente esteja vendo, a cada dia, a Saúde pedindo socorro.

Hoje nós vamos aproveitar, eu vou aproveitar, por estar diante dos parlamentares, para falar o seguinte, primeiro falo aos parlamentares. No dia a dia, nós, enquanto comunidade, estamos aí apoiando um ou outro porque acreditamos no trabalho dos parlamentares. Então hoje é hora e vez de soltarmos a nossa voz, de dizer aos parlamentares o que realmente acontece no nosso dia a dia.

Início a minha fala fazendo um convite para os parlamentares, para que tirem um tempinho para irem até a periferia para ver, de perto, o que nós passamos no dia a dia. A coisa não tá fácil.

Olha só, nesse período de transição me preocupa o seguinte: ao falar do Hospital do Campo Limpo, há um tempinho levei uma pessoa ao Hospital do Campo Limpo, fique durante o atendimento, fiquei durante uns 15 minutos, e todo aquele sangramento que havia na sala que o paciente estava, ficou ali, gente, no chão. Foi uns 15 minutos da minha presença ali e naquela sujeira toda. Aí você fica pensando: a pessoa vai ao local para ser tratada e sai de lá, às vezes, com mais doença do que quando entrou.

Eu quero deixar uma pergunta a eles sobre o Hospital do Campo Limpo: o que fazer para melhorar o atendimento no Hospital Campo Limpo, local aonde gestantes lá chegam para dar à luz e, muitas vezes, não tem nem lugar para dar à luz ao seu filho? Às vezes, estão no chão, gente, dando a luz no chão. É uma situação triste mesmo, é uma situação precária demais.

Outra questão, outra pergunta eu quero deixar. Nesse período de transição como vai ficar essa situação: tem uma UBS que está num espaço alugado e a cada dia o aluguel fica mais alto. Já tem depositado 1,324 milhão de reais para compra desse imóvel, um valor que está depositado desde 2016. Nós estamos no final de 2018, numa transição de Governo: como

será que vai ficar em 2019? Será que vamos ter o complemento dessa verba para adquirir esse imóvel ou será que nós vamos perder essa UBS?

Então estão feitas as duas questões: uma quanto às gestantes do Hospital do Campo Limpo e outra quanto aos processos em andamento, como é que ficam?

Meu muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Tem a palavra Eliana Mendes da Cruz, conselheira do Campo Limpo. Em seguida Rodolfo Luiz Maia, Comissão de Moradores do Jardim Brasília.

A SRA. ELIANA MENDES DA CRUZ - Bom dia a Mesa; bom dia, povo. Eu sou Eliana, sou conselheira da Supervisão Técnica de Campo Limpo - zona Sul, da Rede Hora Certa e da UBS Jardim Helga. Fui votada pelo povo. E os senhores da Câmara também foram votados pelo povo, nós colocamos vocês aí. Vocês têm que mostrar trabalho e apresentar verba, mas verba, na prática! O Hospital Campo Limpo tá pedindo socorro! É urgente! Não é só a tomografia, não é só o tomógrafo que está quebrado. O elevador está quebrado, tudo está quebrado. É uma vergonha! Onde está o dinheiro público? (Palmas)

Então eu, representante da população - e os outros conselheiros – nós estamos pedindo encarecidamente: vão lá ver os casos! Os funcionários trabalham, mas não tem equipamento. Os usuários vão, mas voltam pra trás. Estão na fila de espera há anos porque quando vai no dia da consulta, do exame, está quebrado, voltam. Aí vai demorar seis meses, um ano, voltam. É um descaso!

Outra, quero falar dos remédios de alto custo. Vou lá na casa do chapéu, só tem lá no Carmo, e é do Estado: chega lá, não tem. A gente gostaria de pedir uma farmácia municipal de remédios de alto custo pra zona Sul porque o povo precisa. Ele se desloca da zona Sul até chegar na zona Norte, Leste, Oeste e demora! Socorro, gente!

Eu conheço idosos, como sou conselheira, eles dizem, os usuários: Oi, Eliana, madruguei, cheguei lá e não tem o remédio. Ninguém liga e diz: não vem buscar que não tem.

Ninguém liga! Então é um descaso. Nós estamos pedindo Socorro. Vamos ver isso, gente!

Se eu for colocar, são tantas demandas... E a gente não tá aqui brincando, nós votamos em vocês, estamos dando um voto de confiança! Que em 2019 tomem providências, em nome de Deus e da população! (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra Rodolfo Luiz Maia, da Comissão de Moradores do Jardim Brasília.

O SR. RODOLFO LUIZ MAIA – Bom dia a todos, a todas. Estou aqui representando a Comissão de Moradores do Jardim Vitória-Régia e do Jardim Brasília, Distrito Brasilândia, na zona Norte.

Acho que todo mundo já veio várias vezes aqui, todas as pessoas já conhecem um pouco a luta pela construção da nossa UBS devido à situação precária que está o serviço de Atenção Básica naquela região. A gente já entregou vários ofícios, a gente já falou, a Coordenadoria Regional apoia, a Supervisão Técnica apoia. Inclusive a Vereadora Aline Cardoso já foi uma vez em nossa reunião, mas depois daquele dia não tivemos mais notícias.

Já fomos ao Conselho Municipal para falar dessa situação, que é a falta de UBS. A luta é histórica: há dez anos lutamos por isso. O projeto já está construído. É falta de vontade política. Inclusive, já temos o orçamento. A questão é que foi previsto. Analisamos a proposta do orçamento para 2019. Primeiro, que lá está escrito que são previstas, para 2019, seis UBSs e hoje o representante da Secretaria Municipal falou em nove UBSs. Então, existe uma inconsistência nos documentos que estão sendo apresentados.

Queríamos saber quais são essas Unidades Básicas, porque o documento não discrimina onde e como serão construídas. Só temos o orçamento geral, que é de 40 milhões. Também queríamos saber, um pouco melhor, como fica essa questão do Projeto Avança Saúde que, na verdade, é um empréstimo do Banco Interamericano. Queríamos saber quais são essas UBSs; se a UBS do Jardim Brasília está incluída nessas seis ou nessas nove,

porque aqui foi falado nove e no documento temos seis; qual a quantidade real; quais serão essas UBSs. Se a UBS do Jardim Brasília não estiver incluída, por que ela não está e quais são as que estão; quais foram os critérios que, de fato, foram utilizados. O que muito se diz é que está sendo utilizado o critério técnico, mas não sabemos quais são os critérios. Não temos acesso ao que, de fato, está sendo decidido para onde o dinheiro vai.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado.

Anuncio a presença da Vereadora Juliana Cardoso.

Tem a palavra a Sra. Rute Costa, que não é a Vereadora, mas, sim, a Rute Costa da Comissão de Moradores do Jardim Brasília.

A SRA. RUTE COSTA – Bom dia a todos.

— Não sou realmente a Vereadora Rute Costa, mas ela obteve vários votos, em minha região, por minha causa. Eu andava nas ruas e as pessoas falavam: “Dona Rute, eu votei na senhora”, e eu falava: “Mas eu não fui candidata”. “Mas eu votei na senhora”. Então, ela obteve, na minha região, vários votos por minha causa.

E eu estou bem contemplada com as falas do Rodolfo, mas eu me inscrevi porque vários Parlamentares já sabem da situação do Jardim Brasília. A UBS, que deveria atender o Jardim Brasília, atende mais de 70 mil pessoas. É um absurdo isso! Nós não somos contemplados com um atendimento de qualidade naquela região. Já foi reconhecido, no território, um vazio assistencial. Deveria ser construída a UBS. Há um terreno público em nosso bairro jardim Brasília/Brasilândia, zona Norte. É um terreno grande, com 1.883 metros quadrados. Um terreno público que possibilitaria a construção de uma bela UBS, mas, conforme disse o Rodolfo, falta vontade política, porque já não é mais segredo para ninguém da existência dessa necessidade.

Nós já estivemos também na Prefeitura Regional, na apresentação da proposta da lei orçamentária de 2019, e entregamos lá o ofício solicitando a inclusão da construção dessa

UBS. Chegamos hoje aqui e não citaram o nome da UBS. Então, gostaríamos de saber se realmente está prevista a construção dessa UBS Manoel Fernandes Leão, no Jardim Brasília, zona Norte de São Paulo, para 2019. Porque aqui aparecem nove UBSs, mas quais UBSs? Quais? Quais os nomes dessas UBSs.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado, dona Rute.

Tem a palavra o Sr. Raimundo Ramos.

O SR. RAIMUNDO RAMOS – Bom dia a todos.

Eu sou morador do Jardim Lapenna, em São Miguel Paulista, estou no plano de bairro.

O plano de bairro está nos ensinando a ver nossos problemas. Então, estamos planejando tudo para o bairro, o que precisa ou não ser feito e levamos para a Prefeitura.

A Prefeitura está nos ajudando muito. Inclusive, há uns dias, tivemos uma enchente e o plano de bairro realizou reuniões e tivemos a sorte de identificar em qual local deveríamos drenar o rio. Passamos isso para a Prefeitura e eles executaram. Foram muito parceiros. Só que estamos precisando, agora, de mais verba para tirar a nossa UBS de onde está, porque a nossa UBS não está em um terreno do Jardim Lapenna e nós temos terreno e só precisamos da execução.

Então, a Prefeitura está nos ajudando e ela está de parabéns, só que estamos precisando de mais verba. Sem essa verba, para o plano de bairro, não há condições. E não estou falando só do nosso plano de bairro. Existem vários planos de bairro nas periferias de São Paulo. Então, que essa verba venha para todas as prefeituras regionais ajudarem os planos de bairro.

Era isso. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Sr. Raimundo Ramos.

Tem a palavra a Sra. Jaqueline Araújo.

A SRA. JAQUELINE ARAÚJO – Boa tarde a todos.

Estou aqui, de novo, falando da pauta das Obstetizes, do concurso de 2016. São 20 profissionais que estão aguardando. As mulheres continuam tendo cesáreas desnecessárias, continuam sofrendo violência obstétrica. As mulheres negras continuam sendo as que mais morrem com a má assistência obstétrica que temos e não vemos nada, nada, nem na fala, nem em questões mais específicas para a saúde da mulher.

Então, nos perguntamos o que devemos fazer nessa situação. São 20 profissionais dentro de um orçamento tão grande quanto o da Prefeitura. Mesmo vocês dizendo que têm muitas dificuldades, eu acredito que 20 profissionais não farão grande diferença no orçamento. Então, estamos esperando, porque o ganho para a Cidade é muito grande.

Então, eu estou aqui, de novo, pedindo a inclusão no orçamento das 20 profissionais para o ano de 2019.

É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Jaqueline.

Tem a palavra a Sra. Roseli Braga.

A SRA. ROSELI BRAGA – Eu sou Assistente Social do Pronto Socorro Maria Antonieta, que fica na região do Grajaú. Esse pronto socorro foi construído no final dos anos 80, como uma UBS. Na época, não havia pronto socorro na região e a UBS foi transformada em um.

Hoje, o PS é o único serviço de porta aberta. Atende uma média de 21 mil habitantes por mês em uma região de 700 mil habitantes, que é a Capela do Socorro. Atendemos, também, a região de Parelheiros, vem bastante gente de lá, e como estamos perto da balsa, vem gente de São Bernardo do Campo e de outras regiões.

É um pronto socorro pequeno. Neste momento, estão ampliando a recepção, porque as pessoas aguardavam do lado de fora, e conseguimos a ampliação de nossa recepção com a ajuda de nosso conselho gestor.

O Secretário Edson Aparecido esteve lá em agosto, nos visitou, e viu um espaço, que temos anexo, e estamos aqui para pedir a ampliação do pronto socorro. Temos a possibilidade de transformar o nosso pronto socorro em uma UPA, temos espaço para isso. Então, precisamos de verba. Capela do Socorro não tem UPA. Temos uma população de 700 mil habitantes e não temos UPA. Então, essa é uma das demandas.

Temos de ter a adequação dos recursos humanos, porque temos, aí, a ampliação da recepção; a adequação de alguns consultórios, mas não temos a probabilidade de uma adequação de recursos humanos. Os equipamentos mobiliários também são aqueles de muitos anos atrás. Dos equipamentos de assistência aos pacientes: contemplaram o estacionamento tanto para os pacientes quanto para os colaboradores. Houve o fechamento da rua lateral. Segurança: médicos, colaboradores, pacientes têm sido assaltados sistematicamente. Sofremos muito, muito com ameaças de morte. Nós temos muitos atendimentos de violência. Então, principalmente as mulheres sofrem a violência e a pessoa vem tentar terminar a violência no PS, e sofremos essa violência pelo parceiro, pelo companheiro, lá dentro também. E pedimos também um laboratório no pronto socorro.

A região de Capela do Socorro sofre com um vazio assistencial muito grande. Não temos completude da estratégia de Saúde da Família. Faltam-nos 12 Unidades Básicas de Saúde. Então, se a Saúde da Família não funciona, essas pessoas vão parar lá no pronto socorro. Faltam-nos as UPAs, como já falei. Temos uma população para três UPAs. Receberemos três CAPSs. Alguém aqui falou de saúde mental. Temos a previsão de três CAPSs para o próximo ano. Porém, a nossa necessidade é de três CAPSs adultos, três Infanto-juvenil e três Álcool e Drogas. Mesmo com os três que receberemos ainda faltarão.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Roseli.

Tem a palavra o Sr. Antonio Fernando.

O SR. ANTONIO FERNANDO – Eu sou munícipe e sou da região de São Mateus.

São Mateus, hoje em dia, para quem não sabe, é uma das regiões, da cidade de São Paulo, em que as pessoas mais têm dificuldades para se consultar com um médico. Isso até já saiu no jornal.

E o que acontece? É um desmando aquilo lá. É um desmando São Mateus. É um desmando pela coordenadoria, pela supervisão. É um desmando aquilo lá.

Temos uma UBS, a Tietê II, local em que começou um movimento para não se fechar as UBSs da cidade de São Paulo. O que acontece? Na UBS Tietê II, entramos com uma ação no Ministério Público, ok, tudo mais. A UBS ficou aberta. A UBS ficou aberta, mas o que acontece? A Coordenadoria Leste pegou e jogou um Centro de Especialidade dentro da Unidade de Saúde. Nós não somos contra o Centro de Especialidade. É necessário na região, só que em outro espaço. O que acontece? Jogaram o Centro de Especialidade lá dentro e ainda trouxeram o PSF – Programa de Saúde da Família. Jogaram tudo dentro da unidade. Não funciona nem uma coisa, nem outra. Mas nem o básico do básico está funcionando naquela unidade. E jogaram a OS, a Fundação ABC, lá dentro. Afogaram a Unidade. Está indo muito mais dinheiro e nada funcionando. Já tivemos reunião com o Secretário. A Dra. Djane já visitou a Unidade. Todo pessoal da Secretaria já fez visita à Unidade, mas até hoje nem uma coisa, nem outra funciona. Está lá tudo abandonado.

E o que acontece? Todo mundo falou de hospitais abandonados.

A nossa região tem um único PA, Pronto Atendimento. O Hospital São Mateus está do jeito que está, quase de portas fechadas. Se as pessoas tiverem morrendo e chegarem lá, não as atendem. É um desmando aquilo lá, por falta de recurso do Estado.

O que acontece? Há gente que precisa, na região, de UPA. A gente briga muito por causa disso, e nunca sai. A gente quer saber para onde está indo tanto dinheiro, e nada funciona. Eu só queria uma resposta para isso.

Primeiramente eu quero questionar um assunto relacionado à Secretaria da Saúde. Por último, a gente participou de reunião na Unidade de Saúde Tietê 2 com a coordenadora de

Saúde da Leste. O que acontece? A coordenadora de Saúde da Leste apresentou um croqui, uma readaptação da unidade. O conselho e a comunidade suspenderam esse croqui. Isso é um imprevisto de uma coisa que já não funciona. É para deixarem lá mais parado do que está. A gente quer o CE, Centro de Especialidade em São Mateus não dentro da unidade Tietê 2. Isso é um desmando.

Segundo, deixo um recado. Houve o Outubro Rosa. Quanto a isso, houve programação, entre aspas, programação entre algumas unidades de saúde por aí, relacionada à saúde da mulher. É muito interessante. Isso é preciso. Tem quem haver essa atenção. Por que então não existe nem programação e nem se fala no Outubro Azul, sobre a saúde do homem, que, a cada dia, está mais abandonada? Gente, nem ouvimos falar sobre isso. A maioria dos Secretários e Vereadores são homens. A cúpula da Secretaria são homens e mulheres. Têm que dar o mínimo de atenção. Eu cobrei da coordenadora Leste, e ela nem soube me responder sobre isso. É caso de pensarem sobre esse assunto, nem que haja uma palestra de informação.

Urologista, na cidade de São Paulo, é a coisa mais rara que existe. Não existe, na realidade. Para a Leste, não existe. Então, a gente não vê políticas relacionadas à saúde do homem. Isso precisa de atenção. Isso é dever e obrigação de o conselho cobrar e acompanhar. É um desmando total o nosso Governo que está aí, principalmente a Secretaria da Saúde. A gente precisa de atenção, a região de São Mateus.

Agradeço a oportunidade. (Palmas)

- Assume a presidência a Sra. Soninha Francine.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Tem a palavra o Sr. Márcio Moreira, do conselho gestor do centro de referência de saúde do trabalhador da Lapa.

O SR. MÁRCIO MOREIRA – Bom dia, Srs. Vereadores, autoridades, senhoras e senhores do centro de referência de saúde do trabalhador da Lapa, vou elencar três tópicos. O primeiro tópico, que reflete um pouco a fala dos colegas anteriores, é que, nesse meio do ano

até o final do ano, tivemos a disputa do nosso local, o centro de referência de saúde do trabalhador da Lapa. A discussão era se ia permanecer lá ou não. Houve a questão do aluguel e o imóvel estava em vistas de ser fechado. Conseguimos, com a luta do conselho gestor e a Secretaria da Saúde, que o aluguel fosse renovado infelizmente por mais um ano. Dos centros de referência de saúde do trabalhador, só o centro da Lapa e o da Freguesia do Ó encontram-se nessa situação. Os demais centros de referência de saúde do trabalhador das outras regiões já dispõem de imóveis próprios. No caso da Lapa, temos um terreno. Da mesma forma que as outras unidades, há um terreno a nossa disposição, na Rua Carlos Weber. Até hoje, nesse período, a situação continua nebulosa. Temos um imóvel. Quanto aos representantes da Prefeitura, dizem que é caro, mas temos um terreno que a Prefeitura, em momento algum, dispõe-se a erguer uma unidade que possa ser ocupada pelo centro de referência de saúde do trabalhador na região da Lapa, que atende tanto à região da Lapa, como Butantã e Pinheiros. Queremos que, na visão do conselho gestor, a Prefeitura nos dê o norte, para novamente não estarmos brigando, daqui a seis meses, sobre a renovação de um aluguel de uma unidade, que está no imóvel e, na visão da própria Prefeitura, é considerado inadequado.

O segundo tópico, diante do que foi noticiado, nas últimas semanas, quanto à força-tarefa de combate às endemias, digo que eu sou um agente atualmente em férias. Um problema que eu vejo, na área de endemias, é que, na última política do Governo Doria, era se retirar uma quantidade de veículos que não serviam. A ideia do antigo, querido, entre aspas, é a retirada de 30%. A nossa unidade cobre, mais ou menos, dez distritos. De treze veículos, ficamos só com cinco.

Segundo a minha encarregada, a área de endemias e vigilância ambiental é responsável atualmente por 14 rotinas, sendo que desse total, várias se contradizem entre liberar um carro ou não para os agentes. Há veículos que têm que respeitar o rodízio. Assim, não podem se deslocar com tranquilidade. Mesmo as viaturas oficiais da Prefeitura, em 14 anos que eu estou trabalhando lá, só nesse ano, ganharam a liberação do rodízio, ou seja,

para os moradores, conselheiros e cidadãos da cidade de São Paulo, muito do trabalho nosso é comprometido em razão do rodízio, porque até carros oficiais são obrigados a aguardar, pelo menos, nas regiões abrangidas pelo rodízio municipal, para atenderem às regiões.

Agora temos uma preocupação. Quando eu comecei, havia a preocupação da dengue. Agora é dengue, zika, chikungunya e febre amarela. A Prefeitura e os meios jornalísticos noticiam que nós teríamos novamente um surto de algumas dessas doenças, não todas, no próximo ano.

O último tópico, no meu trabalho, é uma declaração. Fazemos uso de um veneno para ratos, chamado Ratcel. O novo lote que a gente está recebendo não está sendo adequado, na vista dos nossos técnicos e nem dos funcionários. Não é atrativo para a população de roedores e se desfaz facilmente, durante o ano, no meio ambiente, seja em chuvas, não permitindo a nós, agentes de saúde, determinar se está sendo consumido ou não pela população de ratos. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Tem a palavra a Sra. Malu, do conselho gestor do Hospital do Campo Limpo.

A SRA. MALU - Bom dia. Eu fico muito apreensiva quando a gente vai falar sobre alguma coisa. Eu queria pegar esse microfone e elogiar a nossa saúde. Eu queria pegar esse microfone e elogiar a nossa educação, mas infelizmente não há nada de bom para dizer. O que dá para dizer é que é vergonhoso o que a gente está passando. Eu tenho até vergonha de subir até aqui e dizer para os nossos governantes o que falta, o que temos e o que não temos.

Em primeiro lugar, eu quero perguntar para os nossos governantes cadê a nossa verba da saúde. Vai haver resposta para a nossa comunidade? Há resposta para a nossa população? Não, estão preocupados em fechar o que está funcionando e o que está aberto. Estão preocupados em fechar, e se a gente não tomar cuidado, fecham mesmo. Se não houver tapinha nas costas, a comunidade vai ficar sem atendimento nas regiões.

Uma coisa que quero aqui dizer, que vim fazer junto com o meu grupo da zona Sul,

é sobre um tomógrafo do Hospital do Campo Limpo. São dois, mas os dois já têm 30 anos. Arruma-se um, procura peça para outro, e não tem. Mas também, 30 anos não são 30 dias. Então, a gente está pedindo um tomógrafo com potência para atender a nossa região, que é o Hospital do Campo Limpo, e ainda atende Itapeverica da Serra, Embu das Artes, Taboão da Serra, além de atender toda a zona Sul.

Portanto, a gente está pedindo para os Vereadores. Os senhores têm que prestar atenção e dar ouvidos à periferia que está aqui reivindicando uma saúde decente para a nossa comunidade. Eu peço respeito.

Que os Vereadores revejam essa necessidade, porque a gente tem que remover pessoas acamadas para fazer tomografia fora. Isso é um desrespeito ao doente, às famílias, então a gente pede respeito.

Então, se possível, que esse tomógrafo seja para ontem. A gente quer que os Vereadores militantes da zona Sul possam dar essa força e olhar para a nossa comunidade, que é de muita carência. E o Secretário de Saúde também vai receber um documento.

Também peço atenção para um Centro de Oncologia na região, porque está morrendo muita gente, não tem para onde mandar. Tudo bem que o CROSS tem atendido algumas demandas, mas o hospital do Estado está falhando com a Prefeitura. Por isso, Prefeitura e Estado têm que entrar em entendimento para não deixar a nossa comunidade morrer. E tem que terminar o Hospital de Parelheiros. A gente precisa olhar com mais atenção para aquele hospital, porque é uma comunidade que também merece respeito.

Sobre a verba, vamos cuidar melhor da verba porque a gente não sabe para onde a verba do ano passado foi. No bolso da comunidade, tenho certeza de que não está.

Tenham piedade da comunidade e providenciem logo esse tomógrafo. Quero chegar ao Hospital do Campo Limpo e encontrar esse tomógrafo lá.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Tem a palavra a Sra. Ana Maria, do

Sinesp.

A SRA. ANA MARIA – Boa tarde a todos. Sou do Sinesp e, recentemente, fui conduzida ao Conselho do HSPM. Vou trazer algumas reflexões e gostaria de obter as informações que venho buscando.

Fiquei estarecida com a condição do nosso hospital. Embora eu esteja representando aqui os servidores públicos municipais, como a minha fala à dos outros colegas que me antecederam em relação à política de saúde na região central da cidade de São Paulo.

O Hospital do Servidor Público Municipal conta com um corpo de profissionais extremamente qualificados. No entanto, as condições de trabalho desses profissionais no hospital são ruins, e fiquei bastante estarecida com a condição com a qual me deparo em todas as reuniões do Conselho Municipal do HSPM de que participo. Lá, existem outros conselheiros que representam os outros usuários, a população em geral. O servidor público municipal também é um munícipe.

Mas a pergunta que faço é: qual é a verdadeira vocação do HSPM? Localizado na região central da cidade de São Paulo, onde não há nenhum outro equipamento que possa atender a população em geral. Todos nós sabemos que a cidade de São Paulo conta com uma população itinerante em situação de altíssima vulnerabilidade social, que são as pessoas em situação de rua. E essas pessoas são atendidas no pronto-socorro do HSPM, porém, a continuidade do atendimento fica bastante estrangulada. Além disso, há uma quantidade enorme de pessoas que residem com Centro de São Paulo que também não têm uma política de atendimento.

Há, dentre essas unidades que estão no Orçamento, a previsão de construção de alguma unidade e pronto-atendimento na região central para atender a todos os munícipes que residem no Centro? A gente tem uma UBS onde funcionava o antigo DSS, na rua Líbero Badaró. Seria impossível a instalação de uma unidade de pronto-atendimento naquele local? O lugar é enorme.

Outra coisa, há uma política clara de atendimento à saúde do trabalhador público municipal? O HSPM é para atender os servidores públicos municipais, ou não? Em seguida, por que as pessoas concursadas que estão aguardando a chamada ainda não iniciaram o serviço no Hospital do Servidor Público Municipal? Há alguma política de melhoria de infraestrutura desse hospital? Essas são as perguntas que gostaria que fossem respondidas.

A cidade de São Paulo merece uma saúde de excelência para todos os munícipes, as pessoas que aqui residem e que aqui trabalham.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada. Tem a palavra o Sr. Lucas Vinícius, do Mais Médicos de São Paulo.

O SR. LUCAS VINÍCIUS – Boa tarde. Falo em nome dos 56 profissionais do Mais Médicos, também em nome dos 450.000 habitantes que nós abrangemos, com mais de 20.000 consultas por mês.

O nosso contrato com a Prefeitura é diferente do Mais Médicos nacional, que todos conhecem. Quem nos paga o salário, a bolsa, moradia e benefícios é a Prefeitura. E o que acontece é que nosso contrato vence em meados do ano que vem, mas os gerentes já estão nos falando: “A partir do ano que vem, já não contamos mais com vocês, porque à Prefeitura não convém recontratar vocês por mais três anos, pois são muito caros”.

Já que estamos falando em números, nós custamos R\$ 14.000,00, e um médico de OS custa mais ou menos R\$ 20.000. Então, somos mais baratos, e somos os que estão na periferia. Somos diferentes, porque todos os que estão lá estão cumprindo o seu contrato de três anos, já o médico da OS fica por seis meses, faz a prova de residência, vai embora e entra um novo médico que não conhece nada dos pacientes.

Tivemos vários atrasos de pagamentos e falaram que era porque não tinha verba do Orçamento. Este mês, 12 dos 56 médicos não receberam salário porque disseram que caíram no Cadin. Com isso, ficaram não só o salário, mas sem auxílio-moradia e auxílio-

alimentação. Ao ligar para a Prefeitura, falam: “Não podemos fazer nada, você tem uma multa de tanto...”. Eles não estão entendendo e ficam sem saber o que fazer.

Queríamos, então, pedir a renovação do nosso contrato para os próximos três anos. Nas reuniões que tivemos na Secretaria de Saúde, eles falam que somos “filhos sem pais”, pois somos 56 que não são do Mais Médicos nacional, somos jogados, ninguém se responsabiliza pela gente; Portanto, estamos trabalhando nessas condições, sem saber se estaremos com os nossos pacientes no próximo ano.

Obrigado. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Lucas, você foi bem formado em Cuba?

O SR. LUCAS VINÍCIUS – Sim, sou formado na Escola Latino-Americana de Medicina.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Parabéns. Na minha cidade chamada Corbélia, no Paraná, um amigo está muito triste porque vai embora. Ele tem até uma filha, casou-se e se constituiu lá. É só um desabafo.

Tem a palavra o Sr. José Manoel.

O SR. JOSÉ MANOEL – Boa tarde a todos. Uma salva de palmas para esses Conselheiros guerreiros que saíram de suas casas humildemente, porque o nosso salário vocês já conhecem: é zero. Saímos da nossa casa com dignidade, respeito e humildade. E não devemos nada para Vereador, porque o salário deles já é muito bom.

Agradecemos a esses que estão aqui, que estão preocupados e com boa intenção. Os outros deveriam fazer a mesma coisa, porque não devemos favor para eles, é dever de cidadania garantir educação, saúde e moradia, porque sem essas três coisas não somos nada.

Vim em nome da minha “cidade” que se chama Paraisópolis, outra cidade dentro de São Paulo, e estou representando o Conselho de Campo Limpo, representando humildemente a população que gostaria de estar aqui e não tem condições.

O Prefeito Doria fala que não quer mutirão na rua, então faz as coisas, porque não precisa ter população na rua. Nós votamos neles para nos representarem, mas não vemos as coisas acontecerem. Então, o Doria, quando ele era Prefeito de São Paulo, foi ao Campo Limpo e não teve nem respeito pelos médicos, chamou o hospital de açougue. Os Srs. Vereadores que estão mais próximos dele levem o recado até ele: Vai ao Hospital do Campo Limpo para ver que não é só o tomógrafo que estamos pedindo, porque é uma vergonha, tem gente morrendo na fila do hospital. Então, ele trate de arrumar o “açougue”, porque ele não respeitou nem os médicos, que estudaram, que têm capacidade, ao chamar o hospital de “açougue”, porque ali não tem matador, tem médicos. A situação do Hospital é crítica, mas não só do hospital, mas nas UBSs, em todas as regiões.

Esta cidade é a segunda do mundo, e é vergonhoso ver tanta miséria. Agora se tivesse uma eleição amanhã para disputar queria ver se não estaria lotado de parlamentar. É muito triste.

E vou mandar um recado para o Vereador Natalini. Agradeço a presença do senhor aqui, mas quero que o senhor me ajude em Paraisópolis, porque cuidar de saúde não é só levar medicamento. Tem um documento na sua mesa. Estamos juntos e, se tiver que ir às ruas, iremos.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado. Tem a palavra o Sr. João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO – Boa tarde a todos. Vou falar sobre o Pronto-Socorro da Lapa. Trouxe um vídeo para projetar, por favor.

- Exibição de vídeo.

O SR. JOÃO PEDRO – Sr. Manuelito, durante o Governo Kassab, no último ano, ele repassou R\$ 7,5 milhões para a OS Fundação Faculdade de Medicina. Na gestão seguinte, eles usaram esse dinheiro que era de investimento para custeio.

Ano passado, tínhamos R\$ 1 milhão para fazer uma pequena reforma do telhado, mas foi contingenciado. Este ano foi colocado novamente no orçamento mais um milhão de reais para fazer essa reforma. Foi contingenciado novamente. Sabemos que o PS da Lapa atende não só a população local, mas também trabalhadores porque há a convergência da Marginal Pinheiros com a Tietê, trabalhadores do Ceasa que vem do Norte, Sul, Argentina, é muito importante e é um dos únicos da região, inclusive atende os detentos do Cadeião de Pinheiros.

O Sr. Edson Aparecido foi lá há um mês e meio. Ele está no projeto do BID. Não sei se é contrapartida da Prefeitura ou se é dinheiro do próprio Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Sr. Manuelito, temos na região o PIU da Leopoldina com a Votorantim, algo em torno de 100 milhões de reais que pode ter uma parte usada para uma nova UPA, tem a Operação Urbana Arco Pinheiros, que vai demorar um pouco mais, mas temos de trabalhar juntos para dar uma resposta à população, aos trabalhadores. Então, peço um pouco de empenho. Vamos conversar, trabalhar juntos para encontrar meios, verbas para poder dar um jeito nesse pronto-socorro.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Próximo, Sr. Arlindo Amaro.

O SR. ARLINDO AMARO – Boa tarde. Sou da região do Ipiranga, da Associação Ipiranga Forte.

A saúde também está incorporada na questão da moradia. Hoje temos na cidade de São Paulo 1.600 favelas e 4,5 milhões de pessoas que vivem na insalubridade. Isso é uma propaganda eleitoral fantástica, as pessoas vêm aqui pedir e temos Heliópolis, Paraisópolis e demais favelas que precisam de saúde pública que precisam de saúde pública que é o saneamento básico.

O Plano Diretor da cidade de São Paulo, Lei 16.050, fala exatamente sobre isso. Eu

participei de 55 audiências públicas na cidade de São Paulo desde 2002 e as propostas são as mesmas e estão aqui: o que você quer para São Paulo de 2001 a 2010. E a conversa na Câmara é a mesma, não muda. Dinheiro tem porque para trocar o nome de Subprefeitura para Prefeitura Regional, 30 mil reais, ou seja, tem dinheiro. Falta capacidade, vontade política e organização de planejamento urbano.

O Plano Diretor cita 10 itens entre moradia, educação, saúde. Os planos regionais dão o caminho para resolver os problemas do cinturão da nossa Cidade. Há 32 Subprefeituras – os Prefeitos Regionais, hoje sai um e amanhã entra outro, no Ipiranga estamos no 3º Prefeito Regional e o último veio de São Vicente. O que ele entende de planejamento do bairro do Ipiranga? Na administração passada não foi diferente. É uma dobradinha PT/PSDB desde 2002 e as contas são aprovadas automaticamente.

Quanto vai custar a ponte que caiu? Quem vai pagar? Nós. E chega ao final do ano as contas são aprovadas. Onde está o Plano de Metas que o ex-Prefeito Doria fez e parece que o Prefeito Bruno não está conseguindo resolver. Que eu saiba, até agora, não houve nenhum Prefeito que conseguiu realizar os Planos de Metas, muito menos os planos de bairros, que já deveriam estar inseridos nos Planos de Metas.

Os Prefeitos Regionais já deveriam ter apresentado esse orçamento no plano de bairro. “Ah, mas eu conheço Pinheiros e Faria Lima”. Mas não conheço Jardim Tatá, Itaquera, Guaianases, Parque Bristol, Vila Livieiro, Pirituba, Valo Velho, M’Boi Mirim. Tem 2,5 milhões de pessoas morando em favelas.

A favela só interessa para a política. Faltam 732 dias para a campanha eleitoral para Vereadores e Prefeito. Analisem e pensem. Quem paga a conta somos nós.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Maria Aparecida, do Conselho do Idoso.

A SRA. MARIA APARECIDA – Boa tarde a todos. Estou falando não só pelo Conselho do Idoso porque somos persistentes, a pessoa idosa ainda é invisível para os

políticos. Sou moradora do Centro e não temos um hospital de referência. Precisamos tirar o Centro Especializado de Reabilitação que funciona na Unidade Básica Pascale, em Santa Cecília, para outro lugar para que possamos ampliar a Unidade de Referência de Saúde do Idoso porque temos uma demanda significativa, como em todas as regiões, aliás, esta aumentando o número de pessoas idosas no Brasil e em São Paulo e precisamos agilizar.

Será que não seria interessante implantarmos uma Secretaria Municipal da Pessoa Idosa para ver se consegue agilizar isso?

Voltando, precisamos adequar a Unidade de Referência de Saúde do Idoso da região Centro e precisamos de um hospital de referência. Há um grande perfil na região central de pessoas idosas sozinhas. Isso é muito complicado.

Precisamos para a cidade de São Paulo aumentar ou implantar rapidamente o Programa Acompanhante do Idoso, já existe, mas precisamos ampliar pelo número de idosos. Precisamos ampliar os serviços o mais rápido possível porque para a pessoa idosa é aqui e agora, não dá para ficar esperando. Precisamos de cuidado o mais rápido possível.

Gostaria de fazer uma pergunta ao representante da Secretaria da Saúde. Desculpe minha ignorância. Por que esse empréstimo não foi feito no BNDES e sim pelo BID?

Para a Secretária, temos um projeto na região Centro que se chama Feira da Cidadania da Pessoa Idosa na qual trabalhamos com os idosos que fazem parte do serviço de assistência social e saúde e a proposta é geração de renda para complementar a renda dessas pessoas idosas institucionalizadas ou não. Estamos com muita dificuldade porque não temos apoio da Subprefeitura da Sé, o apoio é só na ocupação do solo, mas o restante vem de sindicatos. Precisamos da sua ajuda, Secretária, porque precisamos fazer a edição de dezembro e não temos verba e nem a quem recorrer. Os idosos estão muito ansiosos.

A Secretaria já participou desse projeto. O objetivo também é mexer com a autoestima do idoso que está institucionalizado.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O próximo inscrito é o Cristóvão.

O SR. CRISTÓVÃO – Bom dia a todos. Sou conselheiro da UBS Maria Antonieta e há vários problemas. Reivindicamos adaptação, recursos humanos, mais recursos para adequação de equipamentos, segurança. No Grajaú tem problema enorme de segurança. O pronto socorro atende milhares de pessoas e reivindicamos colocar a UPA lá também porque o povo precisa mesmo.

Reivindico mais atenção para no próximo ano termos melhores condições de atender a população enorme e carente.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Cristóvão. Com a palavra Eduardo Santos.

O SR. EDUARDO SANTOS – Boa tarde a todos. Trago as demandas do Conselho Gestor e do Conselho da Supervisão Técnica da Capela do Socorro, da Comissão de Implantação e Posicionamento.

Referente à ampliação do pronto socorro do Maria Antonieta e a transformação dele para UPA 3, pois só temos essa unidade de pronto atendimento e PS naquela região e mais duas UPAS. Temos uma população de mais de 700 mil habitantes.

Outra informação é referente ao término das obras da UBS do Instituto Anchieta que está totalmente parada. Não temos local para a base do SAMU e precisamos de mais veículos e mais três CAPS na região.

Outra coisa que está acontecendo também é a construção de um conjunto denominado Chácara do Conde, onde vai abrigar 1.290 apartamentos da Sehab. O Prefeito Bruno Covas esteve no local, porém essa população vai ser atendida no Castro Alves, que já atende mais de 100.000 habitantes. Então, estamos necessitando dentro da área desse empreendimento um espaço para a saúde. É preciso abrigar uma base da saúde nesse espaço onde será o conjunto habitacional, que ai sim iria atender o Jardim São Bernardo e o Jardim

Reimberg.

Só isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos seguindo, D. Maria do Socorro, depois Leandro Freitas. Mais seis inscrições para ouvirmos dos Srs. Vereadores as respostas.

A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES – Boa tarde à Mesa. O que me deixa triste, como sempre, é a plenária vazia, quem está aqui não está defendendo nada de Secretaria nenhuma, está defendendo a si próprio, é o que dá para sentir.

Nós, idosos, por que vocês atiram pedra na Secretaria? Será que vocês têm conhecimento do que está acontecendo? Eu, Maria do Socorro Alves, sou da região de Itaquera, Conjunto Habitacional Águia de Haia. Nós conquistamos e o parlamentar fechou e eu recorri, fui para o Ministério, para a Defensoria e reabriram. Não me interessa falar o nome dele, porque para mim é papel queimado. Só que a URSI está funcionando, na Águia de Haia temos a UBS/AMA Especialidades.

O rapaz falou aqui que todos as AMAs fecharam, o que não é verdade, porque fiquei de plantão nesses feriados.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES – Só se foi no seu setor.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES – Não, senhor, no seu setor. Eu estou defendendo os idosos, certo?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos ouvir a D. Maria? Depois vocês podem se manifestar.

A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES – Não, eu estou falando, é a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Estou garantindo a palavra da senhora.

A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES – É minha fala, estou falando, na Águia de Haia, vocês se lembram que não era a Santa Marcelina? Era aquele outro que tomou conta,

que assumiu, certo? Nós temos mais de 1,7 milhão idosos há quatro meses passados aqui em São Paulo. Agora, não estou aqui para defender sigla nenhuma e nem secretaria nenhuma, defendo quem atende a periferia. Estou desde às 6h30 acordada para não perder isso, porque para mim é muito importante. Não sei se vocês fazem de conta que fazem.

Eu quero a URSI, aumento do equipamento para os idosos, pois nada temos. Lá sim só temos a URSI e a AMA Águia de Haia, Vila Ramos e todo mundo sabe que sempre vim aqui brigar. Não sou partidária, gente, nunca fui, meu partido é Deus e a minha defesa é a periferia, que muito necessita. Eu peço à Mesa respeito e dignidade para nós, idosos, da periferia. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, D. Maria. Leandro Freitas, em seguida Francisco Freitas.

O SR. LEANDRO FREITAS – Antes de mais nada, quero cumprimentar a Mesa, em nome do Tatto, Presidente e os demais Vereadores, o Executivo também, o Manuelito, os demais presentes e também o plenário evidentemente. É muito importante a participação de todos os conselheiros e conselheiras também, além dos usuários, trabalhadores, para que a gente possa dialogar um pouco sobre a questão do orçamento da saúde e outros orçamentos que observei aqui. Cheguei um pouquinho mais tarde e acompanhei o orçamento da saúde.

Eu queria primeiro marcar, porque não tivemos oportunidade no Conselho Municipal de Saúde de ter uma apresentação prévia do orçamento, porque isso nos daria condições de fazer uma análise, inclusive, de onde vai ser aplicado o recurso em 2019. Isso para nós é muito importante. Isso não é à toa, tem acontecido frequentemente no Conselho Municipal. De todas as tarefas que o Conselho precisa se dedicar, elas normalmente são sempre atrasadas ou na véspera. No caso dessa questão do orçamento nem pudemos fazer a análise, porque fomos comunicados que o responsável pelo orçamento ficou doente e o seu substituto estaria de férias. Então, estamos tomando conhecimento aqui, de uma forma muito consolidada do orçamento da saúde, enfim, não temos condições de ter análise nenhuma.

Aliás, não só nós, conselheiros, mas os cidadãos da cidade de São Paulo também não têm condição nenhuma. Só estamos tendo um resumo geral, não é verdade?

E lembrando que também tivemos problema para realizar a 19ª conferência. Houve os encontros regionais, foram levantadas prioridades, tanto na conferência, como também nos encontros regionais, e nem essas prioridades a gente tem condições, viu, chefe de gabinete Manuelito, de sabermos como vai ser 2019. Parece que vamos ter de fazer de novo como fizemos em relação à questão da saúde, quando tentaram fechar as unidades e nos mobilizamos. Todos foram para a rua, mais de 1.200 lotaram o Ministério Público para poder impedir aquele desmonte da saúde, que já vem acontecendo há muito tempo com o congelamento, por exemplo, feito pelo Doria em 2018, que também é claro, diminui os recursos não só da saúde, que foi linear, mas de todas as áreas. Isso foi se arrastando, depois vai liberando evidentemente os recursos, mais próximo das eleições, etc., o que cria dificuldade inclusive para o atendimento em todas as áreas, não só na saúde, para a população da cidade de São Paulo.

Não só os conselhos municipais, mas também os conselhos das prefeituras regionais têm tido condições nas supervisões de estrutura para poderem exercer o seu trabalho, porque os recursos também saem de forma minguada. Só para dar um exemplo, no Conselho Municipal de Saúde nós temos 333 mil reais, 120 mil reais congelados, o que cria dificuldades, inclusive, para termos uma assessoria econômica, financeira e capacitação dos conselheiros para exercerem o seu controle.

Estou falando tudo isso porque esse espaço é importante, para que possamos retomar a nossa mobilização e cobrar do Governo, para que ele cumpra com as suas obrigações. Que possamos fazer a participação e o controle social, principalmente num quadro como esse, que, se se consumir tudo o que já estamos percebendo, do ponto de vista do ataque aos movimentos sociais, aos conselhos, aos sindicatos, etc., teremos muita dificuldade. Portanto, vamos ter que arregañar as mangas e cada vez mais nos aprimorarmos naquilo que

sabemos fazer muito bem, que é ir a rua cobrar os nossos direitos, cobrar que as nossas unidades sejam reformadas.

O nosso colega mostrou agora há pouco aqui o vazamento, está chovendo dentro de um pronto-socorro municipal. Esse é apenas é um retrato da parte desses equipamentos. Deveriam ter recursos humanos, recursos materiais, condições estruturais para melhor atenderem a população da cidade de São Paulo.

Então, para não me alongar muito, eu sei que outros colegas também estão inscritos para falar, eu paro por aqui, mas conclamo a todos e a todas, conselheiros, movimentos sociais de todas as áreas, não só na área da saúde, para que a gente faça um grande movimento para resguardar o nosso direito à participação e ao controle social, mas também cobrar da gestão tudo aquilo a que temos direito do ponto de vista de serviço público.

Muito obrigado e uma salva de palmas para nós. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vou passar aos Vereadores para que façam suas perguntas. Na ordem, Juliana Cardoso, depois Natalini, Eduardo Suplicy e Soninha. Eu mudei aqui e creio que vocês irão concordar comigo, abri cinco exceções já nas inscrições dos que chegaram depois e têm uma vontade enorme de falar e os Vereadores também querem perguntar aos Secretários.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não, mas a Soninha é da Casa, é da comissão, então ela sempre compreende e o Relator também. Francisco Freitas havia sido anunciado, ele irá falar, depois os Vereadores também farão perguntas.

O SR. FRANCISCO FREITAS – Boa tarde a todos e a todas. Não quero me alongar muito, mas Sr. Presidente e Srs. Vereadores, eu quero colocar o seguinte: Conselho Municipal de Saúde é o conselho deliberativo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FRANCISCO FREITAS – Gostaria de respeitosamente ser ouvido, assim

como ouvi todos pacientemente. Obrigado, Sr. Presidente.

Então, quero colocar o seguinte: o Secretário Municipal de Saúde não está aqui, ele está sendo representado pelo chefe de gabinete. Então, é preciso que a gestão compreenda, senhor chefe de gabinete, que o Conselho Municipal de Saúde é um conselho deliberativo. É um órgão fiscalizador, portanto, toda a política municipal de saúde deve ser construída com o Conselho Municipal de Saúde. Não pode ser construída de forma unilateral, porque não dá certo.

A gente sabe que qualquer gestão tem problema com controle social, mas é o controle social que conhece o território, que pisa no barro, então, quando os companheiros e companheiras dizem que o hospital do Campo Limpo é um açougue, como disse tão bem o João Doria. Abandonou a Prefeitura de São Paulo e não resolveu o problema do hospital do Campo Limpo e nós temos essa dificuldade.

Quero pontuar muito rapidamente que o Dr. Lucas já esteve aqui sobre a questão do Mais Médicos. Eu, pelo Conselho Municipal de Saúde, venho acompanhando o problema do Mais Médicos como salários que atrasam, desculpas esfarrapadas, e não querem dar um tratamento adequado a esses profissionais. Esses profissionais são respeitadíssimos nos seus territórios, eles trabalham, colocam a mão na massa, vão onde muitos não querem ir. Então, primeiro, Dr. Lucas e demais companheiros do Mais Médicos, nós vamos solicitar uma reunião. Já encaminhamos através do chefe de gabinete, com o Conselho Municipal de Saúde, uma reunião com o Sr. Secretário, o Dr. Edson. Nós não podemos deixar esses profissionais trabalhando de forma inconsistente, preocupados – “o contrato vai vencer”. E ficam alguns gestores pressionando, dizendo que não vai, porque tem gente que não gosta do programa *Mais Médicos*. E nós sofremos, recentemente, um ataque brutal aos *Mais Médicos*, que saem do nosso país de forma unilateral. São 8.500 profissionais que atendem mais de 30 milhões de brasileiros neste país. Isso é uma catástrofe para a saúde pública no município, já que esses médicos estão atendendo na ponta, na atenção primária, na porta de entrada. Atenção básica

é isso. Nós não podemos fugir dessa responsabilidade social. Nós não queremos a desgraça para o nosso país, nós queremos construir juntos.

Vereador Suplicy, Juliana Cardoso, Soninha e demais Vereadores presentes, existe, na Comissão de Saúde, uma interlocução com o Conselho Municipal de Saúde. Agora, nós queremos, Leandro, é que essa interlocução entre o Conselho Municipal de Saúde e esta Câmara seja institucional; não podemos fazer reunião no gabinete do Secretário. Temos que fazer a reunião, e, de forma institucional, para trabalharmos com os Vereadores que estão aqui, para construir com o Natalini, com todos os Vereadores que defendem o Sistema Único de Saúde, uma grande frente para enfrentar o que vai vir pela frente. Só o conjunto da sociedade organizada vai poder se contrapor ao que nós não queremos. Queremos saúde de qualidade, não queremos que a atenção primária caia na mão dos planos de saúde, porque a visão do capital é perversa, não está aqui para resolver o problema da saúde, está para gerar lucro e concentrar renda, e é em cima disso que nós vamos trabalhar, em conjunto – Câmara Municipal, sociedade e conselhos gestores de supervisão e o Conselho Municipal de Saúde.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vereadora Juliana Cardoso, Vereador Paulo Frange, Vereador Eduardo Suplicy.

Tem a palavra a Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Bom dia, boa tarde a todos os munícipes, conselheiros, à Secretaria presente e à sua equipe.

Sou membro da Comissão de Saúde, e em que pese termos dialogado, hoje estamos destacando a relação da saúde com o orçamento, e eu queria dialogar sobre algumas coisas, inclusive com o nosso Relator, o Vereador Atílio Francisco, porque tem algumas coisas que não visualizamos no orçamento.

Uma coisa preocupante, principalmente em relação aos conselhos tutelares, é que hoje uma parte deles tem uma porta de entrada no CAPS, principalmente CAPS Infantil, e

vimos que o orçamento desse ano foi bloqueado para algumas aberturas de casa, o que tem é o que já estava funcionando. E a gente sabe que é insuficiente para o atendimento dos conselheiros tutelares. Então eu queria saber se o recurso vai ser liberado. Segundo: se vai ter mais ampliação de CAPS Infantil. Isso é até uma pergunta do conselheiro que estava aqui. Não sei se ele ainda está aqui, mas ele pediu para eu fazer a pergunta, que ele não conseguiu se inscrever.

Outra coisa é em relação à questão das obstetrias. Vocês sabem que a gente, há muito tempo, se organiza para que tenham as obstetrias na rede municipal. Conseguimos avançar na gestão do Prefeito Fernando Haddad para incluir essas profissionais dentro do funcionalismo público. Fizemos o chamamento do concurso e passaram 20 obstetrias, que é muito pouco para a realidade que temos na cidade de São Paulo. Até hoje não conseguimos avançar nessa pauta. E é uma pauta que não é só simplesmente partidária. Na verdade, elas as obstetrias são profissionais necessárias para a rede. Temos 20. E isso dá um valor de um milhão e meio para poder colocar no orçamento e elas ingressarem para o Sistema Único de Saúde. Eu gostaria de saber, chefe de gabinete, se vai ser dada prioridade a isso na relação do orçamento pedido. Se não for, Vereador Atílio Francisco, nós vamos querer incluir essa demanda, para que seja contemplada, e, de fato, aconteça.

Em relação às UPAS, não sei se vocês sabem, mas a Prefeitura está fazendo um empréstimo que equivale ao valor de 200 bilhões de dólares para a cidade de São Paulo. E isso vai ser vinculado para fazer aquilo que a gente precisa de reformas, de construção. Entre elas, a UPA de Sapopemba e a UPA de São Mateus e Laranjeira. O que eu quero saber é se elas estão incluídas no orçamento de 2019. Se for liberado, se elas vão ser executadas no próximo ano que vem.

Em especial, a questão que a Dona Prudenciana já falou, que é a questão do idoso.

Tem muito pouca política pública para idoso. Historicamente, não trabalhamos município. E isso pode ser em qualquer partido. Município tem muita dificuldade de trabalhar

com a terceira idade. E na gestão anterior foram feitos programas interessantes. Eu não sei se vocês conhecem, mas é um programa fantástico, e quem conhece se apaixona, inclusive se emociona. Trata-se do Programa PAI – Programa de Acompanhamento do Idoso –, que é para aquele idoso que não tem família, ou que não tem condições de ficar com a família. Pode não parecer nada, mas o simples fato de o idoso conseguir tomar um banho, conseguir dar uma saída para cortar o cabelo, já é uma relação importante para essa pessoa que ali estava sem nenhum tipo de atendimento. Eu vejo que no Plano de Metas está colocado, mas eu não visualizo recurso para a ampliação desse programa. Foi feito muito pouco, porque era só um experimento, para ver se iria dar certo. Então, na região de São Mateus, tem um, mas precisa ampliar. Também é importante implantar o Centro DIA, porque é onde o idoso fica enquanto a família vai trabalhar, e, no retorno, busca o idoso, para que ele possa ir para casa e estar com a família. Isso também é importante. E é muito diferente daquele programa em que você só fica um período. Nesse, não; ele fica um período mais longo, mas tem um atendimento extremamente qualificado. E o que eu acho mais importante: os lugares que têm Centro Dia que estão vinculados com a criança, o adolescente e a juventude permite interação, e assim eles sabem que estão vivos e que tem pessoas que pode acompanhá-lo.

Em relação ao *Mais Médicos*: a gente viu, infelizmente, essa semana, que Cuba se retirou do programa. E por mais que a gente fique dizendo “olha, Cuba explora os médicos”, a gente também tem que falar o outro lado. O recurso que é destinado para Cuba é o recurso que paga a medicina para as pessoas de Cuba e de qualquer outro que queira ir para Cuba para fazer medicina gratuitamente. Alguém tem noção do que significa fazer medicina gratuitamente? A não ser você, que já fez. Isso não existe. No Brasil, para a gente poder fazer medicina é preciso pagar muito. E quem tem recurso para fazer isso não é gente da periferia, da classe trabalhadora que recebe um salário mínimo ou um pouco mais. Então a gente também precisa esclarecer isso: “Olha, os cubanos, se quiserem, podem ficar aqui e receber o salário”. Esquecem que esses cubanos têm famílias que estão no país deles, e é um outro

sistema, um sistema socialista, não um sistema capitalista que vivemos no Brasil. Então, em relação a isso, eu gostaria de saber quantos profissionais médicos do programa *Mais Médicos* foram ou serão desligados do programa da cidade de São Paulo em função do rompimento do acordo Brasil-Cuba. Isso levando em consideração que esses 56 profissionais aqui presentes, que estão sendo desrespeitados, com salários atrasados, e que não têm um cronograma de renovação do contrato deles por três anos. Então eu gostaria de saber se a Secretaria, nessa gestão, está visualizando isso. Eu queria uma resposta. Vou ficar até o final. Se não tiver essa resposta, eu vou perguntar novamente.

Por último: qual é o impacto orçamentário desse rompimento Brasil-Cuba, visto que a Prefeitura de São Paulo recebia os profissionais arcando apenas com o custo da moradia e do transporte, ou seja, algo em torno de três mil reais por mês por profissional. E com a reposição dos profissionais via organização social, cada médico terá um custo de 20 mil reais. Quer dizer, eu tive um orçamento de três mil e eu vou passar isso para 20 mil reais, entre salários e encargos. Quanto que isso vai significar para o custeio do Tesouro, já que isso não estava relacionado? Não tínhamos isso no orçamento porque não estávamos pensando nisso. Havendo esse rompimento, com essa quantidade de médicos indo embora, como que vocês vão repor, dentro do orçamento, esses profissionais via organização social?

Muito obrigada.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Não, eu não falei que era creche.

- Assume a presidência a Sra. Soninha Francine.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Eu vou seguir o roteiro estipulado pelo Vereador Jair Tatto, e vou passar a palavra ao Vereador Gilberto Natalini.

O SR. NATALINI – Boa tarde a todos – colegas Vereadores, Secretários, representantes de Secretaria, conselheiros, todos que estão presentes.

Antes de entrar no assunto específico do nosso orçamento, eu queria, em rápidas

palavras, fazer um chamado que eu faço em todas as reuniões de saúde a que eu vou.

Aqui foram levantados muitos problemas, além de muitos outros que não vieram aqui, que poderiam ter vindo e levantado também. E de cada bairro, cada local, nós conhecemos as dificuldades do Sistema na cidade de São Paulo e no Brasil. Agora, existe uma questão geral que só uma ou duas pessoas falaram aqui: é importante a reivindicação específica, é importante trazer o seu problema diante da autoridade, mas, se não tivermos uma visão geral, os nossos problemas não serão resolvidos nunca. O SUS está sob ameaça. O maior sistema brasileiro de governo está sob ameaça de se extinguir. Se não se extinguir, é de ficar desse tamanhozinho. Isso é real, isso não é invenção minha e nem de quem falou aqui, é só vocês olharem ao redor. O Governo Federal mandava, há poucos anos, 30% do recurso, hoje manda 20%; amanhã, vai mandar 15; daqui a pouco não manda mais nada. Por isso que o lutador do SUS tem que lutar no local e no geral, senão ele perde o foco e o Sistema perde com isso. Em 2014, o Governo Federal mandou para o Congresso um projeto de lei que foi aprovado pelo Congresso. Esse projeto mudava a Constituição, permitindo que os grupos estrangeiros viessem investir em saúde no Brasil. Era proibido pela Constituição de 88; foi liberado em 2014, por proposta do Governo Federal. Muito bem. Está aí a Health Saúde, está aí o grupo europeu, o chinês, de Cingapura, comprando planos de saúde no Brasil, manipulando o Congresso Nacional, as forças políticas do Brasil, para asfixiar o SUS e vender plano popular para as pessoas pobres do país, que não têm condição de pagar a sua saúde. Isso está rolando, está acontecendo. E nós? Nós estamos vendo isso aí, e todo mundo quieto.

Eu vi o teto do pronto-socorro. É uma verdade, é uma prioridade, Secretário. Não espere o BID, não, mande consertar isso, porque é uma vergonha para a Secretaria. Onde passar esse vídeo, no mundo inteiro, quem vai se enxovalhar é a Secretaria e a cidade de São Paulo. Então estamos vendo isso. Agora, não podemos perder a visão do todo.

Estão massacrando o SUS. Por isso, quem é militante de verdade do SUS, como aqui tem muitos que eu conheço, de muitos anos, de décadas, lute pelo seu direito, mas não

ajude a massacrar o SUS, não saia por aí dizendo que o SUS é uma porcaria, que não vale nada. Se não fosse o SUS, o povo brasileiro estaria na rua da amargura. Eu repudio dizer que o Hospital do Campo Limpo é um açougue. Isso é uma injustiça, isso é uma ignomínia. Seja quem falou, é uma ignomínia. Eu sei quem falou. Eu trabalhei lá. Com todas as dificuldades, salvamos muitas vidas. E continuam sendo salvas vidas lá. Lá é o contrário do açougue, lá é o arrimo da população da região.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NATALINI – Eu sei, querida. Eu trabalhei lá, e, sou, inclusive, concursado lá. Operei muito naquele centro cirúrgico, naquele 9º andar, quando era lá em cima. E eu não admito que se fale isso, nem de lá e nem de nenhum hospital público, porque isso joga água no moinho daqueles que querem acabar com o sistema público de saúde e vender planinho de saúde para as pessoas pagarem para serem atendidos pela metade. Essa visão a gente tem que ter. Eu estou nessa luta há 40 anos. Eu acho que é o momento político do Brasil mais perigoso para o Sistema Único de Saúde. É por isso que tem que ter uma massa de resistência. E resistência é o Manuelito, que estava no Congresso ajudando, me defendendo dos empurrões de Antônio Carlos Magalhães, porque nós defendíamos a Emenda Constitucional 29. O senhor estava junto quando ele me empurrou, eu o empurrei, o segurança veio me pegar, fechou de Secretário e não deixaram me botar para fora do Senado. Você tem condições de fazer a frente, junto conosco. Os Vereadores que têm amor ao povo pobre, os Vereadores das igrejas. Bispo Atilio, o senhor, a Rute Costa, que têm carinho para oferecer ao povo; e os outros também, como a Soninha, o Suplicy, a Juliana, que são lutadores. É preciso fazer uma frente. E, independentemente de partido político, como disse a Dona Socorro, porque o SUS é o partido da saúde. Temos que fechar o apoio porque, senão, eles vão destruindo o Sistema. Eu estou falando isso aí do fundo da minha alma.

Para terminar, eu quero falar do orçamento, que é de 10 bilhões, um pouquinho mais, dos quais oito bilhões é dinheiro do Tesouro e dois bilhões vêm de Brasília. É uma

miséria o que Brasília manda para cá, porque aqui vem brasileiro de tudo que é lado para ser atendido no SUS de São Paulo. Eles mandam 20% do dinheiro para poder ajudar a custear.

Há o orçamento do Estado, mais ou menos um pouco mais do que isso, que o Estado utiliza na sua rede de atendimento que é grande também, como o Hospital das Clínicas e outros grandes hospitais que o Estado utiliza. Na verdade, somando os dois orçamentos dá uns 20 bilhões, um pouco mais, de orçamento do SUS em São Paulo. É isso que tem.

Dá para resolver os problemas? Não dá pessoal! Somando todos os dinheiros dá R\$ 3,66, por brasileiro, por dia, para o SUS fazer promoção, prevenção, cura e reabilitação. Com três reais e sessenta e seis centavos nem Nossa Senhora da Aparecida, se for Secretária de Saúde do Município de São Paulo, vai fazer um milagre para ajeitar isso. Não consegue. Entendeu?

Está certo que é o Edson Aparecido, quase Nossa Senhora da Aparecida, mas não é. (Risos.)

Para terminar, então, o cobertor é curto. As OSs estão no Brasil todo, elas não têm retorno. Está no Brasil inteiro, isso foi para o Brasil todo, isso não tem retorno. A questão é controlar, fiscalizar com mão de ferro e fazer trabalhar dentro do contrato de gestão. Isso é o desafio.

Agora, para terminar, Vereadora Soninha, dentro desse cobertor nós temos de saber, por isso é importante a participação, a reivindicação. Às vezes as pessoas ficam nervosas e têm razão, porque quando não há atendimento na ponta tem de ficar nervoso mesmo, indignado, é natural. O Governo tem de ter paciência e sabedoria para aproveitar essa indignação, transformá-la em parceria com a população e os problemas serão resolvidos mais facilmente. Assim eu penso.

Eu queria pedir no Orçamento toda atenção para aumentar o PSF em São Paulo. Eu não peguei essa parte aqui, não sei, mas a estratégia da saúde da família onde ela funciona e está completa conta com 90% de satisfação da população. Esse é um caminho

extremamente correto.

O segundo pedido que quero deixar aqui, vou trabalhar no Orçamento: verba carimbada para reabrir o Hospital Sorocabana. Verba carimbada. O assunto já está num caminho muito bom, avançou muito nos últimos dois meses. O Secretário trocou um terreno lá do Dante Pazzanese que era da Prefeitura e o Estado ocupava pelo terreno do Sorocabana, que é do Estado e a Prefeitura quer ocupar. Fizeram uma permuta, vão assinar, está resolvido o problema da posse da terra. Aí ia cotar os 50 milhões necessários, abrir o Hospital Sorocabana muitos problemas daquela região vão ser resolvidos.

Terceiro que eu queria também comentar. Eu conversei com o Relator do Orçamento e nós vamos colocar, pela caneta dele, a pedido nosso da Comissão de Saúde, um milhão de reais para comprar o danado do tomógrafo do Campo Limpo, que quebra todo dia. (Palmas.) Está parecendo um Golzinho que eu tinha, saía de casa e o danado quebrava. Só que quando quebra lá morre gente, pode morrer gente. Certo? O Relator está ali, já está combinado com ele.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NATALINI – Já está combinado, Malu. Malu, quando eu falo já está combinado. Não sou doido de falar uma coisa...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NATALINI – Você falou Malu, eu te escutei quietinho, agora me escute, Malu, por favor. Vamos na educação como nós sempre fizemos, você comigo e eu com você.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos lá, concluir.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NATALINI – Malu, eu escutei quietinho você falar, agora me escute.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos lá, vamos concluir.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NATALINI – Mas então, por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ela está concordando. Está feliz.

O SR. NATALINI – É, me garante a palavra. O tomógrafo do Campo Limpo, o Relator...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Calma, Malu.

O SR. NATALINI – Eu sei, eu sei. A gente tem muita luta junto Malu, de ano, décadas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Engraçado que ele...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NATALINI – Só não operei você, o resto foi tudo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Permite um aparte? Dá a impressão que eles estão discutindo. Eles estão se amando, como sempre. (Risos.)

O SR. NATALINI – É amor.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eles se conhecem há muito tempo.

O SR. NATALINI – Só não posso me estender, senão ela me processa por assédio. Presidente, está garantido. Não está garantido Bispo um milhão de reais? Aí os senhores, por favor, executem para comprar um tomógrafo zero bala, último tipo, para não quebrar mais pelo menos...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos lá, concluindo Vereador Natalini.

O SR. NATALINI – Vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Falta o parque ainda.

O SR. NATALINI – A UBS... O parque?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Você esqueceu?

O SR. NATALINI – Eu não sou mais Secretário lá. O parque não está na minha mesa. A lei de criação do parque é minha, só que quem tem de executar é a Secretaria do

Verde. Você tem de ir lá, porque lá o negócio não está funcionando bem não. Está ruço.

Para terminar, Presidente. A UBS Jardim Brasília é fundamental, uma reivindicação muito justa, há muito tempo estão pedindo isso.

Eu estou representando a Presidente da Comissão de Saúde que está adoentada, sou o Vice-Presidente, nós podemos conversar no miudinho, na Comissão de Saúde, aquilo que não deu para conversar hoje, nós vamos encaminhar para dentro do Orçamento que agora está na Câmara, na mão dos Vereadores, vamos fazer a articulação para tentar resolver dentro do cobertor curto que eu falei no começo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador Gilberto Natalini.

Vereador Eduardo Suplicy.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não. Não vamos dar uma de Trump aqui, não.

Pelo amor de Deus.

Senador Vereador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Presidente Jair Tatto, queridas Vereadoras e Vereadores, prezados Secretários e seus representantes, queridos conselheiros e cidadãos que vieram aqui arguir o Secretário sobre as prioridades do Orçamento.

Para o representante das Subprefeituras, eu gostaria de saber, tendo em vista até as observações feitas aqui por diversos daqueles que arguíram, que critério tem a Prefeitura Municipal de São Paulo para destinar recursos, tendo em conta, pelo menos, o número de habitantes por região da Cidade, ou seja, aqui foi observado que algumas regiões, digamos, como a de Pinheiros, tem um recurso em proporção relativamente alto em relação a outras regiões periféricas.

Então pergunto se há algum critério para, pelo menos, equilibrar bem de forma que a destinação do recurso leve em conta pessoas em toda Cidade as necessidades de cada

local.

À Secretaria de Saúde eu gostaria que fosse esclarecido o que houve com o orçamento de manutenção e operação das unidades do Projeto Redenção? Porque havia 109 milhões previstos para 2018 e não foi nada executado até agosto. Também nada está previsto para 2019, houve transferência para alguma outra área ou é, sobretudo a Secretaria de Saúde, que vai cuidar do projeto de álcool e drogas?

Na gestão passada havia o Programa de Braços Abertos que foi desativado e entrou o Projeto Redenção no lugar, mas até agora nos pode dizer exatamente em que está consistindo o Projeto Redenção e se, de fato, está havendo um planejamento a respeito do que será feito, seja para o final para 2018, 2019 e 2020?

Com respeito à construção de hospitais, havia 80 milhões de reais previstos para 2018, mas só foram executados 30 milhões até outubro. Por que houve redução para 53 milhões, em 2019, em especial com respeito ao Hospital de Parelheiros? Por que não foram gastos dos 80 milhões previstos para a implantação do Hospital de Parelheiros? Que ação está prevista para 2019?

Com respeito à preocupação com os médicos contratados e ao Programa Mais Médicos, tendo em conta a preocupação, inclusive, de um dos representantes do Mais Médicos aqui na Prefeitura Municipal, será que está sendo considerada a preocupação expressa por ele de que, como o contrato está previsto apenas para meados do ano que vem, se vai haver continuidade? Que expectativa pode ter de que vai ser dada prioridade ao que ele mencionou? É algo que me pareceu justo e adequado.

Para a querida Secretária Aline Cardoso, primeiro quero cumprimentá-la. Das pastas aqui convidadas a sua presença é muito importante, porque veio como Secretária. Acho que a população que vem aqui para debater merece o diálogo olho no olho, como está havendo com a sua pessoa.

Preocupa um pouco a respeito da Política de Economia Solidária. Fui testemunha e

particpei da inauguração do Centro de Economia Solidária. Havia ali centenas de pessoas onde foi inaugurado pelo Prefeito Fernando Haddad, com a presença dos diversos Secretários, inclusive, Arthur Henrique que era da Secretaria de Trabalho e Empreendimento, também com a presença do nosso querido Professor Paul Singer, Secretário de Economia Solidária, grande estimulador. Foi ele quem iniciou a incubadora de cooperativas na Universidade de São Paulo, na PUC, isso se estendeu, inclusive, para a Fundação Getúlio Vargas onde sou professor.

Eu sou uma das pessoas que considera que quando diversas pessoas se organizam para participar das decisões sobre como será realizada a produção seja de um serviço ou um bem qualquer, então na hora de distribuir a riqueza gerada nesta unidade, se ela for de economia solidária de cooperativa, naturalmente ela fará com que a distribuição daquela riqueza gerada será feita com maior equidade.

A Secretária Aline Cardoso, nossa Vereadora, mencionou que uma das preocupações da Secretaria é promover menor grau de desigualdade na economia. Claro que fazendo o possível para diminuir a taxa de desemprego que tem aumentado, conforme expôs aqui. Será que o Centro de Economia solidária terá sido desativado?

Há preocupação, por exemplo, sobre os moradores em situação de rua, será que não poderiam ser orientados a formar cooperativas para fazer artesanatos ou pensar até na construção da própria moradia e assim por diante.

Agradeço se puder nos falar como está o Centro de Economia Solidária se, por ventura, foi transferido inteiramente para a Secretaria de Direitos Humanos que razões houve? Ou a Secretaria de Desenvolvimento Econômico ainda tem e quer muito dar atenção a esse tema?

Gostaria de lhe perguntar, no Governo anterior, a Gestão Fernando Haddad recebeu um prêmio muito significativo da Fundação Bloomberg, com respeito à iniciativa relacionada à produção de bens sem agrotóxicos, produtos agrícolas orgânicos, sobretudo ali nas cooperativas e agricultores familiares da região de Parelheiros.

Na sua exposição houve uma menção à Fundação Bloomberg, salvo engano, o prêmio que a Prefeitura Municipal recebeu por aquelas iniciativas foi da ordem de cinco milhões de dólares. Se puder nos informar como foram utilizados os recursos desse prêmio? Eu quero muito saber e espero até visitar lá uma hora o que está sendo realizado.

Finalmente, para a Secretaria de Pessoas com Deficiência, gostaria de pedir uma reflexão geral em que medida os recursos destinados pelo Orçamento a essa Secretaria estão à altura de atender às necessidades tão significativas das pessoas com deficiência em nossa cidade, isso para a Sra. Marinalva Cruz.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador Suplicy.

A Vereadora Soninha disse que fala ao final.

Agora é difícil eu dizer para alguém declinar de falar. Já temos 10 falas.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Presidente Jair Tatto, esqueci de falar.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Pois não.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – O Dr. Manuelito informou-me que o aparelho tomógrafo hoje está custando em torno de 2 milhões de reais, se for o mais moderno e adequado. Será que isso caberia na previsão orçamentária para este e o próximo ano?

Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem.

Antonio Francisco Pereira, depois Deusdete Alves de Assunção, Francisco Alves, Carlos Alberto, Fabio Siqueira.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vou permitir sim.

Antonio, você permite que a Vereadora e Secretária Aline Cardoso fale?

Eu compreendo também os Secretários, já são quatro horas presentes aqui. Se eu

fosse Secretário iria dizer também que é muito tempo, mas compreendo. Vamos lá.

A Vereadora Soninha Francine tem uma...

A SRA. SONINHA FRANCINE – Secretária, eu vou falar no final, mas só as colocações sobre trabalho especificamente.

Uma é dizer que queremos um volume significativo de recursos para o POT. De fato, no *slide* apresentado não ficou discriminado, se não me engano, o quanto vai para o POT. Tem o Bolsa Trabalho, mas não o Programa Operação Trabalho que é muito importante para a população em situação de rua, para população de travestis e transexuais e outros públicos.

O Programa Começar de Novo instituído em lei na Gestão da Marta Suplicy, que já foi objeto de várias alterações propostas por Vereadores, inclusive o Vereador Isac Felix, é um programa que, na concepção, Secretária, lembra o que o ex-Secretário Filipe Sabará quis fazer no Trabalho Novo, ou seja, uma forma de trazer as empresas para o esforço de empregabilidade, de colocação profissional de pessoas que tenham defasagem na sua qualificação ou dificuldade relacionada à idade, enfim.

O Começar de Novo nunca existiu de verdade. É uma pergunta se nós podemos tentar aperfeiçoar esse programa para que ele realmente seja colocado em prática, porque pode atender a um público de egressos, por exemplo, que é um público de empregabilidade especialmente difícil.

E também perguntar – o Vereador Suplicy já adiantou – sobre o Polo de Economia Solidária do Cambuci: quais são os planos para o polo do ponto de vista da Secretaria do Trabalho. Porque a parte dos idosos vinha funcionando com muita vitalidade inclusive, mas a parte da frente não tanto. Obrigada.

A SRA. ALINE CARDOSO – Primeiro, eu quero só dar um esclarecimento. Essa forma de juntar quatro audiências em uma pode ser prática por um lado, mas vocês podem perceber que de 30 perguntas que foram feitas somente duas meias perguntas foram para a

minha pasta. Eu não tenho nenhum problema em ficar aqui dialogando.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Secretária, eu quero até ajudá-la. Dos inscritos – e graças a Deus eu os conheço -, tenho absoluta convicção de que nenhum das próximas perguntas será para V.Exa.

A SRA. ALINE CARDOSO – Pois é. Acho que é uma questão também de equilíbrio. Estou muito à disposição, fiquei aqui quieta à disposição, visto que as perguntas não eram para mim; mas, realmente, meu tempo está estourando. Assim, peço muitas desculpas, pois precisarei sair.

Responderei às perguntas que foram direcionadas à minha pasta. Acho que poucos aqui têm interação direta comigo, porque a maioria dos presentes é ligada à saúde; mas quem me conhece sabe que sou uma grande defensora da participação popular. Fui muito defensora de conselhos participativos, de uma série de outras iniciativas. O Plano de Desenvolvimento Econômico que nós estamos escrevendo prevê audiências regionais e escuta dos cidadãos. Então, sou uma grande defensora da participação popular. Tenho tido, ao longo desse um ano e três meses à frente da Secretaria, uma interação muito boa com o Comusan, inclusive nos momentos de crise e conflito, no processo de eleição, que foi um pouco conturbado. Fiquei ali, presente, interagi, sempre respeitei muito o Comusan. É só perguntarem para o Presidente, o Vice-Presidente e os membros como tem sido minha relação com o Comusan. Então, se não citei o Comusan aqui, peço desculpas por isso. Citei a Caisan, e não a Comusan, mas isso não significa que não tenha uma boa relação com eles. O ponto é que o tema de hoje é Orçamento, e o Comusan, como Conselho, acompanha as ações da Caisan, e eu citei a Caisan. Então, posso não ter falado a palavra “Comusan”, mas o trabalho do Comusan na nossa gestão tem sido muito respeitado.

Outra questão que surgiu foram os projetos de segurança alimentar. Falei de vários deles, inclusive alguns com Orçamento da nossa pasta e outros com Orçamento de outras pastas. E mais; há programas de segurança alimentar que estão sendo executados com

Orçamentos de outras áreas da Secretaria. Por exemplo: criamos um POT com recurso do trabalho que age na segurança alimentar. Na área de qualificação profissional, ou seja, do trabalho, estamos usando recursos para qualificar as pessoas em aproveitamento de alimentos etc., porque isso também é uma inclusão profissional. Então, quero deixa-los tranquilos de que não há nenhum tipo de comprometimento desse recurso dos problemas de segurança alimentar; pelo contrário, há muito recurso inclusive em outras pastas atuando nesse tema.

Em relação ao Mercado de Santo Amaro, de fato os Vereadores colocaram 4 milhões de reais para a reconstrução do mercado. No entanto, esse valor é insuficiente. O valor inicialmente estimado para investimento era da ordem de 17 milhões de reais para a reconstrução do Mercado de Santo Amaro, e esse valor foi considerado pelos próprios investidores como insuficiente, de modo que no novo edital falamos em 21 milhões de reais. Então, agradecemos os Srs. Vereadores por terem colocado 4 milhões de reais, mas isso não era o suficiente; e, de toda forma, a Fazenda congelou esse recurso. Então, não tínhamos como reconstruir o Mercado de Santo com o Orçamento da Prefeitura, uma das razões pelas quais esse processo da reconstrução está em licitação para uma concessão.

Sobre o programa Ligue os Pontos, de segurança alimentar, de fato o Vereador tem razão: são 5 milhões de dólares. Esse valor da Fundação Bloomberg é gerenciado pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL, pois esse é um projeto que foi aplicado pela SMUL e gerenciado por ela. Mas somos coexecutores desse projeto e o temos acompanhado de perto. Já há contratação de agrônomos; já foi feito um mapeamento das famílias de agricultores familiares; já foi desenhada uma metodologia. E, como o programa se chama Ligue os Pontos, que visa a ligar produtores e consumidores, agora estamos entrando na fase de tecnologia para aproximação, para que os consumidores tenham acesso aos produtores. É um programa que está avançando bem e que tem grande interação em nossa Secretaria. Inclusive quando citei a Casa de Agricultura de Parelheiros, eu disse que ela passou por muitas melhorias, e muitas delas são feitas com recurso nosso, porém diretamente

ligado ao uso do recurso do Ligue os Pontos para que os agrônomos do Ligue os Pontos possam ter uma base de trabalho melhor. Então, não só estamos usando o recurso do Ligue os Pontos como também estamos, de maneira inteligente, usando o recurso municipal para somar, pois um mais um às vezes é mais que dois. Assim, juntando o recurso da Bloomberg com o nosso, potencializamos a atuação no Ligue os Pontos.

Em relação ao POT, temos previsto no Orçamento da Secretaria para essa rubrica para o ano que vem cerca de 11 milhões de reais. Esse valor é, de certa forma, insuficiente porque estamos ampliando o POT. Temos o POT ligado ao Programa Redenção, Vereador Suplicy, que é um redesenho daquela bolsa que era dada ao pessoal da Cracolândia, porque a maneira como a bolsa estava sendo dada não estava incitando, estimulando, fazendo com que as pessoas de fato trabalhassem. Muitos beneficiários recebiam a bolsa, mas não estavam trabalhando; não havia mecanismo de controle. O redesenho do POT ligado ao Redenção, para usuários, como eu disse, está muito pautado em reerguer o cidadão, qualificá-lo e impulsioná-lo para a porta de saída. Achamos que esse desenho é realmente mais eficiente para tirar a pessoa do vício e inseri-la na atividade econômica. Esse recurso também está incluído aí, por isso é que eu digo que 11 milhões não são suficientes.

Agora, qual é a boa notícia para o POT, Soninha, e que eu acho que é oportuno dizer aqui? Primeiramente, da maneira como o POT estava construído, ele não tinha ênfase em capacitação. O POT é para ser um programa de capacitação, mas ele foi desvirtuado ao longo dos anos, e a quantidade de horas de qualificação estava muito baixa, razão pela qual, quando a pessoa saía do POT, ela tinha dificuldade de se inserir no mercado de trabalho. Então, em vez de o POT virar um trampolim para a pessoa ir para o mercado de trabalho, ele virou uma bolsa à qual as pessoas ficavam apegadas. Hoje, como temos feito? Primeiro: aumentou a qualificação. Segundo: o POT tem um prazo máximo de dois anos, só que são contratos de 6 meses renováveis. O que falo para os beneficiários quando eles entram? Não digo que o contrato é de dois anos; digo que o contrato é de 6 meses e depois que desejo que eles não

precisem renovar a permanência no POT, porque eles devem é ir para o mercado de trabalho. Estamos aqui para ajudar as pessoas a irem para o mercado de trabalho, e não para fazer uma política de mero assistencialismo. Então, os POTs estão sendo reestruturados e estão crescendo.

Além disso, estamos usando o Orçamento de outras Secretarias. Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia – SMIT tem, por exemplo, 180 pessoas em POT nos telecentros. Secretaria de Gestão tem POT, Secretaria de Direitos Humanos tem POT, inclusive o POT Transcidadania, que é um no qual estamos investindo muito também. Acabamos de fazer, por exemplo, um processo seletivo com o Grupo Carrefour de 50 vagas para pessoas que estão saindo do POT Transcidadania. Como eu disse: é o POT empurrando para o mercado de trabalho.

Por fim, solicitamos à Secretaria do Verde que nos passe recurso para fazer um POT em parques. Fizemos um piloto no Parque da Independência, cujos visitantes dizem que o parque é outro depois que o POT entrou lá. É mais barato para a Prefeitura contratar um POT para cuidar do parque do que contratar uma empresa, e para o trabalhador, para o cidadão que recebe a bolsa, é melhor. Ele recebe mais ou a mesma coisa, só que a Prefeitura, ao invés de pagar um intermediário, paga direto ao POT. Pretendemos ampliar também o POT para parques, mas não com recurso próprio, e sim com recurso do Verde, porque aí eles economizam no contrato de manutenção dos parques.

Próximo ponto, Vai Tec. O Vai Tec, assim como outras políticas que foram citadas aqui, inclusive Economia Solidária, foi executado sim. Perguntei aqui para o meu pessoal por que isso não apareceu. Foi liquidado no mês de outubro, e parece que no sistema só se vai dar baixa na próxima atualização que sair. Mas o Vai Tec foi executado, só que os beneficiários desse programa recebem três parcelas. Então, não saiu todo o Orçamento ainda porque eles têm que prestar contas: recebe uma parcela, presta contas; recebe outra parcela, presta contas. Podem ficar tranquilos, que o Vai Tec não só está sendo executado como dinheiro

público, mas nós captamos um patrocínio com a Fundação Telefônica da ordem de 400 mil reais para qualificação de empreendedores e multiplicadores de empreendedorismo na periferia.

Em relação a idosos, temos feito muitas coisas para tentar ajudar a sua geração de renda, porque, infelizmente, muitos são arrimos de família. Às vezes, o jovem não consegue o primeiro emprego e a pessoa, com 70, 80 anos, continua trabalhando para gerar renda para a família. Sabemos que não é o ideal – gostaríamos que os idosos pudessem descansar e que os jovens pudessem entrar no mercado de trabalho –, mas é a realidade. Nos cabe, portanto, apoiá-los. Para isso, contamos com a política de artesanato e algumas outras. Podemos, sim, conversar sobre a Feira de Cidadania do Idoso, que acontece no centro – não me lembro quem foi a pessoa que citou, mas peço que procure o Lucas, da minha equipe, para passar mais detalhes. Temos estimulado mais feiras de artesanato e de geração de renda na Cidade. Se vocês já têm o uso do solo pela Sé, já é um grande passo, e vamos conversar sobre isso.

Por fim, economia solidária. O prédio do Cambuci tem problemas sérios de infraestrutura; vem sofrendo muitos alagamentos, o que tem comprometido um pouco o uso do espaço. Precisamos fazer uma reforma estrutural naquele prédio; já estamos dialogando com a Secretaria de Direitos Humanos para ver se conseguimos fazer. O problema é que não temos recurso de obras. A Secretaria da Fazenda, por necessidade, tem contingenciado recursos de investimentos e liberado apenas recursos de custeio e de outras necessidades básicas. Por isso, está difícil recurso para essa obra. Razão pela qual nós também calculamos muito quando iniciar uma atividade nova lá sabendo que o prédio está comprometido. O convênio de economia solidária que tinha lá, apesar de interessante, infelizmente, pelas auditorias que fizemos, não gerou todos os impactos que eram esperados. Era um convênio de muitos recursos para um número de beneficiários relativamente baixo. Daí termos optado por não renová-lo e, sim, criar um novo.

Estamos com duas políticas em andamento que cobrem boa parte da política de

economia solidária. Uma é o artesanato, que já citei, com a pesquisa de 500 pessoas, qualificação de artesãos e acesso a mercado; a outra é o cooperativismo, cuja regulamentação da lei aprovada pela Câmara de São Paulo nós estamos desenhando agora. Além disso, em parceria com a Amlurb já estamos dialogando, por exemplo, com as cooperativas de reciclagem para qualificá-las melhor.

Então, a geração de renda nos moldes de economia solidária faz parte das nossas prioridades; porém, dividimos em duas frentes: artesanato e cooperativismo.

Em relação ao Cambuci, pretendemos, sim, voltar a usar o espaço, provavelmente como um centro de artesanato, algo pelo qual as pessoas clamam na cidade de São Paulo, e achamos que aquele pode ser um bom lugar. O problema é que tem que passar por reformas estruturais; caso contrário, vamos comprometer inclusive a saúde das pessoas que estão lá, porque aquela água suja que vem da inundação pode transmitir doenças.

Basicamente, acho que explanei sobre todos os pontos que foram citados. Agradeço a todos. Vou precisar sair, mas o Lucas ficará aqui, e eu estarei à disposição na Secretaria para mais esclarecimentos. Volto a pedir à Comissão de Finanças e à Relatoria do Orçamento que estudem com carinho a demanda por mais recursos, especialmente para qualificação profissional, porque sabemos que, se as pessoas estão fora do mercado de trabalho, muitas vezes também é pela falta de qualificação. Ao todo, o nosso pedido está na ordem de 20 milhões, sendo dez para qualificação profissional. Dá para causarmos bastante impacto, e a meta é chegarmos a cem mil pessoas por ano. Podemos fazer uma reunião para conversar sobre isso com mais detalhes.

Mais uma vez, obrigada a todos. Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Secretária, pela presença. (Palmas)

Tem a palavra o Sr. Antonio Francisco Pereira.

O SR. ANTONIO FRANCISCO PEREIRA – Boa tarde a todos e a todas.

Cumprimento o Toninho e os membros do Movimento Popular de Saúde de Parelheiros e

Marsilac.

É difícil falar de saúde com um governo que só quer cortar direitos e unidades de saúde. Só não foram fechadas 108 AMAs porque os movimentos populares organizados foram para a rua e não permitiram. Mesmo assim, infelizmente, Parelheiros perdeu o AMA Campinas, que reivindicamos e apelamos que volte. Por favor. É uma pena que o Secretário, Sr. Edson, não esteja presente.

Especificamente em Parelheiros, algumas metas não foram cumpridas. A meta 20, por exemplo, que versa sobre a implantação de uma unidade do Hora Certa em Parelheiros não foi cumprida. A meta 22, que versa sobre o Hospital de Parelheiros, também não. Nós que fazemos parte do Movimento Popular de Saúde de Parelheiros e Marsilac defendemos o SUS. O Hospital de Parelheiros é uma luta nossa, dos movimentos, com muitos membros aqui hoje presentes, pessoas de várias partes da Cidade que nos ajudaram na luta para que os governos federal e municipal conseguissem tirar o projeto do papel. Saiu do papel, mas, infelizmente, hoje naquele hospital só morre gente. É inaceitável.

No último sábado, o Movimento Popular de Saúde de Parelheiros e Marsilac fez uma reunião – agora realizada na Escola Prisciliana, todo terceiro sábado do mês a partir das 14h – que recebeu de uma usuária do hospital uma denúncia gravíssima: 12 pessoas mortas em menos de um mês. O Dr. Luiz Fernando e outros profissionais de lá estão se virando, mas, infelizmente, não têm obtido ajuda. O próprio gestor do hospital tem ligado para vários outros hospitais e não consegue remoção de paciente. É inaceitável.

Tanto os Vereadores desta Casa, que vão a Parelheiros atrás de voto em época de eleição, como os membros da Comissão de Saúde desta Casa e os membros do Conselho Regional de Saúde também são responsáveis.

A meta 11, que versa sobre novos consultórios na rua com disponibilização de tratamento odontológico e tratamento relacionado ao abuso de álcool e drogas, também não foi implantada em Parelheiros. Assim como a meta 10, que versa sobre a implantação de 22

serviços de acolhimento institucional à população de rua.

Sobre a meta 4, que versa sobre a implantação de CREAS, era para ter sido implantado pelo menos um em Parelheiros, mas não aconteceu. E CRAS só temos um.

Moro em Parelheiros há 35 anos e nunca foi tão difícil negociar com o governo, seja Doria ou Covas, e com a supervisão.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua, por favor.

O SR. ANTONIO FRANCISCO PEREIRA – Para concluir, deixo o meu protesto: três minutos para a comunidade falar é muito pouco tempo. Se esta é uma audiência pública para definir o Orçamento e o Governo prestar contas à população sobre o Orçamento, as audiências públicas deveriam ser realizadas nas Prefeituras Regionais e não concentradas aqui. Saí hoje de casa às 7h30 para chegar aqui às 11h.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mas são realizadas, sim, antes de acontecer aqui, no primeiro semestre, a fim de se levantar as demandas em cada Prefeitura Regional, e contam-se nos dedos as pessoas que comparecem. Na verdade, o Orçamento termina aqui nesta Casa, mas começa lá, nas Prefeituras Regionais, onde comparecem quatro, cinco gatos pingados, se me permite dizer a verdade. Então, vamos começar a repensar o Orçamento dessa forma. É lá que se apontam as demandas. Boa sugestão!

O SR. ANTONIO FRANCISCO PEREIRA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Agora, não dou mais do que... Aliás, o senhor já está... Nessa sua crítica, já estourou o tempo.

- Manifestações simultâneas.

O SR. ANTONIO FRANCISCO PEREIRA – Mas, V.Exa. tomou o meu tempo, Vereador, com todo o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não.

O SR. ANTONIO FRANCISCO PEREIRA – Então, vamos lá. Vou fechar. Vou cumprir...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vou cumprir o tempo com o senhor falando mal de nós, que estamos aqui há quatro horas debatendo e ouvindo todo mundo?

O SR. ANTONIO FRANCISCO PEREIRA – Não, não estou falando mal, não.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Se me conhece há pouco tempo...

O SR. ANTONIO FRANCISCO PEREIRA – Simplesmente estou, como eu faço parte de conselhos gestores da comunidade...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Treze mil sugestões no ano passado são poucas?

O SR. ANTONIO FRANCISCO PEREIRA – Conheço um pouco e somos obrigados a fiscalizar. O papel dos Vereadores é ser transparente com a comunidade. Esse é outro ponto, de todos eles.

Aí tem mais: a Associação Saúde da Família é mais um desrespeito com a comunidade. Não está ouvindo a comunidade. Está tentando... Aliás, colocou dentro da UBS tradicional de Parelheiros, onde nós não aceitamos... Não vamos aceitar colocarem quatro, cinco ou seis unidades da Estratégia de Saúde da Família dentro do prédio da UBS tradicional. Precisamos da Estratégia? Precisamos, mas que a Secretaria Municipal da Saúde, junto com a Associação Saúde da Família, alugue um prédio e coloque as suas equipes para atender a comunidade com bom atendimento, porque a Estratégia de Saúde da Família também está deixando muito a desejar.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Sr. Antonio.

O SR. ANTONIO FRANCISCO PEREIRA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sr. Deusdete Alves de Assunção? Depois, serão os Srs. Francisco e Carlos Alberto.

Sr. Antonio, mas, enquanto não houver um prédio novo, vamos colocar lá, mesmo, porque o PSF é a coisa mais maravilhosa que já surgiu. Deixe pôr lá. Arrumamos um cantinho, lá. Que sejam duas equipes. Vale a pena, gente. Corremos atrás, sempre, de outro espaço. Eu

penso assim.

Vamos lá, Sr. Deusdete.

O SR. DEUSDETE ALVES DE ASSUNÇÃO – Em nome da Vereadora Juliana Cardoso...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não pode gerar fato consumado.

O SR. DEUSDETE ALVES DE ASSUNÇÃO – Em nome da Vereadora Juliana Cardoso e do Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy, eu dou um bom-dia para todos e todas. Eu sou do movimento popular. Sou de Parelheiros, como o Sr. Antonio já explanou.

Nós estamos com um elefante azul, lá. É um prédio construído para 253 leitos e, na verdade, só está atendendo, mesmo, o pronto-socorro do hospital. Hoje, por exemplo, era para o Secretário estar aqui presente. Eu não sei o que aconteceu, mas o Governo da direita sempre dá uma desculpa para mandar um porque o outro quebrou a perna. Já há muito tempo acontece isso, mas o Secretário, o Sr. Edson, deveria estar aqui hoje, participando desta audiência pública. Ele ganha um salariozinho razoável e tem de prestar serviços à comunidade. Ele tinha de dar explicação aqui, Vereador Jair Tatto. Parte do plenário está vazio, mas os que estão presentes são pessoas de grande importância.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Valorosos! Valorosos, mas é uma participação pífia, repito.

O SR. DEUSDETE ALVES DE ASSUNÇÃO – Já citei que eu sou o Deusdete. Estudei Direito. Sou formado em Serviço Social pela Faculdade Uninter de Santo Amaro.

Eu vejo que todas as pastas estão fracassadas. Falou-se até mesmo do CAPS, que vai se prejudicar o atendimento dos conselheiros tutelares aqui presentes. Não me lembro de quem colocou a proposta. Acho que foi o Sr. Freitas. Sempre é bom ter uma proposta.

Ele colocou uma proposta boa, referente ao Mais Médicos, com a Câmara Municipal, o Conselho Municipal de São Paulo, os conselhos gestores e coordenadorias, para

fazer esse PAC, para tentar barrar esse projeto-farsa deles, que é de colocar 8.500 médicos e até o dia 7 de dezembro fazer o cadastramento. Onde vai acontecer isso?

Então, é bom falarmos quem é o pai das pessoas. Foi eleito o próximo Presidente, o Sr. Bolsonaro, e ele já está mostrando a que veio, que é prejudicar a Saúde do povo e investir, com certeza, em convênios particulares. (ininteligível) Por exemplo, foi aprovado, esses tempos atrás, para se colocar mais veneno na comida da população. Querem colocar veneno lá, na semente. O que acontece? Mais gente vai adoecer e o capitalismo se une – ninguém é besta – para formar o nome de uma doença. Quem vai ganhar são os convênios médicos, que vão ganhar dinheiro em cima disso.

Então, temos de tomar muito cuidado com essa farsa de alguns governantes. Essas cabeças ocas elegeram um próximo cara, que falou que vai matar 30 mil pessoas. São as pessoas que falam que são de movimento, ainda, que conhecem movimento. Parece que colocaram uma venda nos olhos. Eleger um cara desses vai prejudicar a Saúde Pública, cortando 8.500 médicos, já, da população, aqui, em São Paulo, e também no Brasil.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sr. Francisco Alves? Onde está o Sr. Francisco? Depois, é o Sr. Carlos Alberto. Então, tem a palavra o Sr. Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO – Boa tarde a todas e a todos, às guerreiras e aos guerreiros que estão aqui até agora. Meu nome é Carlos Alberto. Eu faço parte do movimento de pessoas com deficiência. Participo do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência e estou, também, como assessor parlamentar do Vereador Toninho Vespoli.

Primeiramente, eu quero dividir a minha fala. Na primeira parte, falando da Saúde, o Vereador Natalini colocou que o cobertor é curto e que temos de brigar pela defesa do SUS. É fantástico e é isso, mesmo. Entretanto, muitas vezes, o cobertor é curto e nós o encurtamos, ainda, muito mais.

Eu quero fazer uma defesa, aqui, em relação à política de Saúde Preventiva para

as pessoas com deficiência. A questão dos centros de reabilitação é estratégica. Lembro que pessoas com deficiência, aquelas pessoas com deficiências permanentes e aquelas que eventualmente se tornam deficientes, são por volta de 20% da população. Então, isso tem um impacto enorme no Orçamento e no dinheiro do SUS. Se não se investir em centros de reabilitação e distribuição de insumos, órteses, próteses e aparelhos auxiliares, evidentemente o custo vai para o céu. Quer dizer, esse cobertor que já é curto vai ficar muito mais curto, ainda. O custo que essas pessoas vão ter para a Saúde vai ser maior, porque o quadro delas vai se agravar, em relação a várias coisas, pela falta do atendimento em reabilitação e distribuição de órteses, próteses, aparelhos auxiliares e insumos. Então, essa é a primeira parte.

Em segundo lugar, quero saudar a Subsecretária. Eu a conheço e sei da seriedade dela, mas quero lamentar a ausência do Secretário. Em uma Audiência Pública tão importante como esta, onde está o Secretário? Ele deveria estar aqui. Foi nomeado Secretário para cumprir esse papel e essa tarefa de ouvir a população e não está aqui.

Faço o meu questionamento a essa Secretaria. No processo de implementação de políticas públicas para as pessoas com deficiência, como a Sra. Marinalva disse, a Secretaria da Pessoa com Deficiência é de meio, e não de fim. Então, uma tarefa primordial dessa Secretaria é a transversalidade. É fazer com que as outras secretarias realizem a acessibilidade, realizem política pública voltada às pessoas com deficiência. Desculpe, Sra. Marinalva, eu não consegui perceber isso na sua explanação. Essa Secretaria não está fazendo isso.

Eu vou dar três exemplos. Pega-se, por exemplo, a questão da acessibilidade, que é lei. Usarei a acessibilidade em guias rebaixadas, só para ilustrar. São Mateus não tem guia rebaixada. Falou-se muito em São Mateus, aqui. Não estou falando de manutenção. Não tem guia rebaixada. Então, o que está faltando? Aí, uma das tarefas da Secretaria da Pessoa com Deficiência é cobrar isso.

Quanto à questão de políticas afirmativas, que, ao contrário do que muita gente diz, não é cara, pega-se, por exemplo, o semáforo sonoro. No mundo todo existe semáforo sonoro. Só no Brasil não há. Em São Paulo não existe. Já foi estudado. Já foi conversado. Já foi falado que, em médio prazo, não é gasto. Gastar dinheiro em semáforo sonoro não é gasto. É investimento. Inclusive, é para a segurança das próprias pessoas que não têm nenhuma deficiência.

A terceira questão que também caberia à Secretaria da Pessoa com Deficiência – e eu sinto essa ausência – é a questão do treinamento do agente público. O agente público desconhece legislação voltada às pessoas com deficiência. Não sabe língua de sinais. Não sabe diferenciar, se aparece na repartição pública, um cego com a bengala vermelha e branca de um com a bengala verde, ou o que cada uma dessas bengalas significa. Então, isso é investimento, também. Essa função cabe à Secretaria de meio, que é a Secretaria da Pessoa com Deficiência – e eu não percebi isso.

Para encerrar, temos dificuldade com uma conta e eu quero convocar a Secretaria para dar essa explicação – se não for possível agora, na plenária do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. As plenárias são mensais. São aqui, na Câmara. O espaço, aqui, é gratuito. O transporte é feito pelo serviço de porta a porta Atende, que também é gratuito. As pessoas que vêm falar são agentes públicos. Então, eles já recebem por isso. Os tradutores de Libras também podem, se não foram acionados... Porém, eles são da Casa. Então, não há custo. Por favor! Há um lanche, que é composto de pão com frios, uma maçã, um bombom e um suco. Eu não estou conseguindo entender como são gastos 80 mil reais até agora.

Eu gostaria de entender. Eu gostaria de pedir, encarecidamente, que a Secretaria informe isso. Eu estou cobrando uma coisa, que é o controle social. Mostrem, por favor, as notas do que foi gasto com as plenárias do Conselho, para não dizer outras coisas. Que mostrem isso. Se não for possível aqui, na Audiência Pública, façam-no em uma plenária do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. É isso o que eu quero, encarecidamente, pedir

para que a Secretaria faça.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. O Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy justifica que tem de estar agora na reunião da Comissão de Educação.

Sr. Francisco Alves?

O SR. FRANCISCO ALVES – Boa tarde. O que eu vou dizer está escrito na Bíblia, em Efésios, 6:

“No demais, irmãos meus, fortalecei-vos no Senhor e na força do seu poder”.

Revesti-vos de toda a armadura de Deus, para que possais estar firmes contra as astutas ciladas do diabo.

Porque não temos que lutar contra a carne e o sangue, mas, sim, contra os principados, contra as potestades, contra os príncipes das trevas deste século, contra as hostes espirituais da maldade, nos lugares celestiais.

“Portanto, tomai toda a armadura de Deus, para que possais resistir no dia mau e, havendo feito tudo, ficar firmes.”

Irmãos, eu estou assim porque o médico achou que eu tinha uma coisa especial. Abriu a minha cabeça para ver o que era, mas não! É o poder de Deus. É a interferência de Deus, porque, se não fosse Deus, eu não estaria aqui hoje. Eu voltei ao médico, que quer fazer isso outra vez. Este é o meu caso, agora.

Mas, a dificuldade que eu tenho quem fez não foi o médico. Foi o inimigo das nossas almas. Esse veio para matar, roubar e destruir. E as dificuldades que todos enfrentamos é satanás que faz, ele que quer fazer, matar, roubar e destruir. Tem muitos demônios, 30 mil demônios para cada pessoa. As dificuldades que nós temos são grandes e isso pode ser superado com a armadura de Deus, porque pode suprir as nossas dificuldades que são muitas. Deus pode nos dar essa oportunidade, é só esperar e ver.

Neste momento, precisa saber que o Zivaldo estava hospitalizado com AVC, mas

ele saiu de alta, graças a Deus, está em casa. Já está indo para a casa dele. As dificuldades enfrentadas são superadas com a força de Deus, Deus abençoe a todos.

Obrigado. (Palmas)

- Assume a presidência a Sra. Soninha Francine.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – O próximo inscrito é o Anderson Pereira Lopes, do conselho gestor do Hospital de Campo Limpo, mas suspendo a audiência pública por três minutos porque preciso abrir a reunião do Colégio de Líderes e já retorno.

Estão suspensos os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Reabertos os trabalhos. Fábio.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Mais uma vez, rapidinho, especificamente da área da Saúde.

Sr. Manuelito, gostaria de saber qual a razão, também foi assunto das pessoas com deficiência, atenção, que nenhum centavo da dotação do CER, construção de Centro de Especialização em Reabilitação foi executado no universo de 14 milhões.

É lamentável que também o Hospital da Brasilândia tenha desaparecido do mapa, é um hospital em obras e nem é citado no orçamento. E é lamentável também que de uma dotação de 80 milhões, só executaram sete milhões para o resto do hospital de Parelheiros. Parece que não está atendendo nem a população.

Quero manifestar minha indignação pelo sumiço das reformas dos hospitais de Campo Limpo, Jabaquara, Itaquera. Só foram executados 300 mil reais, em dez meses, de uma dotação de 16 milhões. Mais um ano as reformas vão ficar esperando, é lamentável.

Também estou indignado com a questão do PSF, você não encontra o PSF no orçamento. Há quatro anos desapareceu a dotação do Programa da Saúde da Família, algo lamentável, algo repugnante.

Quero também informar aos nossos amigos de Campo Limpo que existe uma

dotação 1087 sobre tomógrafo para o Hospital Deputado Fernando Mauro Pires, só que não foi executado, ou seja, existe a dotação para executar em 2018 e não se executa essa dotação de 1,7 milhão de reais. É um absurdo completo, desrespeito aos moradores da zona Sul de São Paulo.

Quero falar o caos que está a questão da saúde na Vila Mariana, porque tinha o ambulatório estadual Lisa Amato que virou AMES, especialidade idosos, e jogaram o pessoal para Parque Imperial e agora para Ceci. Ou seja, a população da Saúde, um bairro rico, mas tem também pessoas pobres. É jogado de um lado para outro na questão da saúde pública.

A questão do Cratod. Tem de ampliar a questão parceria do Cratod com as UBS, problema de tabaco, cigarro, bebidas e drogas ilícitas, cada vez aumenta mais. E o Cratod que é estadual não está fazendo a parceria com as UBS, são poucas UBS que atendem esses dependentes.

E por fim, quero manifestar o meu nojo pela execução ridícula, pelo dinheiro jogado fora na questão da tal reestruturação da saúde. Para fechar 108 AMAs, gastaram 36 milhões de reais, ou seja, jogaram fora esse dinheiro neste ano. O Secretário anterior bastante incompetente rasgou 36 milhões de reais para fechar 108 AMAs, o tal do Projeto de Reestruturação e Requalificação das Redes Assistenciais da cidade de São Paulo, Avança Saúde SP. É lamentável porque esse dinheiro é para fazer reformas de hospitais, construção de UBS e rasga esse dinheiro para fechar equipamentos e sem falar com os conselhos municipais de saúde, nem com os conselhos locais. Tanto que o Ministério Público mandou parar com essa sandice. Ou seja, devolvam então esses 36 milhões que vocês tiraram da saúde pública do SUS de São Paulo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Anderson Pereira Lopes, o Dimas; depois Claudio Santarém.

O SR. ANDERSON PEREIRA LOPES – Sou Anderson Lopes, conhecido por Dimas, sou conselheiro gestor da Supervisão Técnica de Saúde de M'Boi Mirim, das AMAs

tradicional e especialidades do Jardim São Luiz, que foi a primeira AMA da cidade de São Paulo a se levantar contra o fechamento das AMAs, foi no dia 14 de agosto de 2017. E sou membro também do Ministério Público contra as reestruturações da saúde e também sou conselheiro do Hospital do Campo Limpo.

Gostaria de reforçar os meus colegas que me antecederam, falando da questão do tomógrafo que é muito importante. Sabemos que a demanda da região de Campo Limpo, M'Boi Mirim é mais ou de 1,5 milhão de pessoas. Então, sabemos que hoje um tomógrafo que tem mais de 30 anos, que queima direto porque não atende toda a demanda da região. Peço encarecidamente aos vereadores, à Secretaria Municipal de Saúde que nos dê atenção a respeito disso. É uma questão de emergência porque o ideal seria que na nossa região tivesse um hospital estadual para poder atender as demandas, para não sobrecarregar tanto o Campo Limpo quanto o M'Boi Mirim. Sabemos que o governo do Estado só quer privatizar, como também vem a PEC 95 que congela os vencimentos de saúde por 20 anos.

Gostaria de dizer também que enquanto conselheiro da supervisão de M'Boi Mirim, temos uma demanda muito importante que gostaria de colocar aqui, porque foi falado muito da questão do hospital de Campo Limpo. Lá no fundão, no extremo da zona Sul de São Paulo, no Jardim Vera Cruz, temos uma UPA que praticamente hoje está fragilizada e precisamos passar essa UPA para uma UPA nível 2. Gostaria da sensibilidade da Secretaria Municipal da Saúde, dos vereadores.

Precisamos também urgente na nossa região, no distrito do Jardim São Luiz, temos a AMA tradicional e de especialidades do Jardim São Luiz, que atende mais de 9 mil pessoas por mês. A AMA do Jardim São Luiz necessita em caráter de urgência um terceiro clínico. Isso foi colocado nas reuniões do Ministério Público da qual fiz parte como membro na questão da reestruturação, mas até hoje a Secretaria Municipal de Saúde não nos deu uma devolutiva.

Outra coisa para a região é um pronto socorro odontológico de caráter de urgência para atender os distritos do Jardim Ângela e do Jardim São Luiz, e um Caps Álcool e Drogas

porque o distrito do Jardim São Luiz, não é só um bairro, carece muito da questão de um Caps Álcool e Drogas. Depois que a atual gestão suprimiu a cracolândia, mas não deu uma alternativa para o dependente químico, hoje, nós da periferia da zona Sul vivemos com uma mini cracolândia na nossa região, convivemos com isso. No Jardim São Luiz, precisamos extremamente urgente um Caps Álcool e Drogas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Cláudio Santarém. Lourdes Estevam, Neia e vamos para as considerações finais.

O SR. CLAUDIO SANTARÉM – Boa tarde a todos, Srs. Parlamentares, gostaria de fazer uma pergunta. Sou Cláudio Santarém, sou conselho gestor da UBS AMA Jardim Ipanema, gostaria de saber se dentro desse orçamento agora de 2019 já está a retomada e conclusão da obra da UPA City Jaraguá e da UPA Menotti Laudísio, que fica em Pirituba, que parece já está concluída e a população quer a entrega já desse equipamento de saúde.

Gostaria de saber, como muitos, as unidades que serão contempladas dentro desse orçamento de 2019, porque tem muitas pessoas falando e até agora ninguém falou nada para nós quais as unidades contempladas no orçamento. Era isso. Estou falando da minha região, que é Jaraguá, Jardim Ipanema.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ao final vou fazer uma pesquisa de quantos perguntadores estão presentes: 35 inscritos, vou pedir para levantar a mão os que fizeram perguntas.

A SRA. LOURDES ESTEVAM – Boa tarde, cumprimento a Mesa, os presentes, sou Lourdes, sou do Sindsep e do conselho municipal.

A primeira coisa que temos de questionar, e quero colocar para o Dr. Manuelito, assessor do gabinete, é a primeira vez que vejo que o orçamento da saúde não é discutido dentro do conselho. É muito grave, porque o conselho foi feito para isso. O fato de não ter ido para o conselho confirma a fala que o Gilberto Natalini coloca: o final do SUS.

Temos de estar atentos porque quando você não coloca nem em discussão o

orçamento dentro do conselho municipal é porque está pouco se lixando para o sistema único de saúde. Acho que temos de cobrar isso de maneira veemente, não podemos aceitar isso.

Segunda coisa que gostaria de destacar, precisa de muito dinheiro, que estamos vendo que está sendo colocado para a rede de urgência e emergência não é suficiente. Estamos com a rede de urgência e emergência - e eu penso, de uma maneira planejada – sucateada. Não é só o Hospital. Aquilo que o Hospital do Campo Limpo colocou está acontecendo em todos os hospitais. Eu acompanho todos os hospitais da cidade de São Paulo. Nós não temos o básico. Só para ter uma ideia, faltou água na rede, na cidade inteira faltou água nos hospitais. Quando falta água, é o cúmulo do cúmulo. Também no SAMU até água tem faltado e isso é uma discussão que a gente vem colocando em todas as mesas de negociação, então é extremamente importante.

Entre as coisas que faltam, além de faltar tudo, temos um problema de RH muito forte, e eu não estou vendo nenhuma previsão de concurso público. Como é que você faz um orçamento que não prevê concurso público? Então eu estou entendendo que estão querendo... Como é planejada para estar esse caos e ninguém tomar nenhuma atitude, isso significa que estão querendo privatizar os hospitais. Aí nós temos que fazer uma resistência na privatização dos hospitais, na privatização por PJ, porque nós tivemos experiências com PJ que a qualidade do serviço cai de uma maneira extremamente importante, porque o PJ é contratado e aí ele contrata residente. Por exemplo, na UTI do Campo Limpo isso aconteceu. Contrata residente para fazer o serviço, e UTI é serviço especializado.

Então precisa, eu acho que nós temos que retomar a questão do RH. Não dá para trabalhar, Secretário. Não dá para trabalhar, Manuelito. Não dá para trabalhar. Os trabalhadores já apanham na porta, porque o paciente chega lá morrendo, porque é diferente da atenção básica, chega lá com dor e não tem médico, não tem funcionário, não tem auxiliar de enfermagem, não tem enfermeiro, não tem nada; e aí o trabalhador que está na porta apanha. Tanto é que dentro das nossas reivindicações a questão da segurança é uma pauta

de mesa para nós. Agora, não é de segurança que a gente precisa, a gente precisa é de trabalhador nas unidades.

Para terminar, eu queria colocar o seguinte: que o SAMU, essa reestruturação do SAMU não dá resposta, tem problema também de RH e precisa estar previsto no orçamento: RH para o SAMU, RH para os hospitais, porque senão as pessoas vão morrer na porta dos prontos-socorros. (Palmas)

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Quero agradecer ao Presidente da Comissão de Educação, Vereador Eliseu Gabriel, que deu um jeito e arrumou outra sala para fazer a reunião da Educação. Agradeço imensamente.

Néia, depois o Sandro, depois vamos ouvir a Vereadora Soninha, claro, que teve toda a paciência do mundo.

A SRA. NÉIA ARANTES – Boa tarde, plenário, Mesa. Néia Arantes, ex-conselheira tutelar. Na verdade eu acabei me inscrevendo por último, mas tinha duas questões que eu gostaria de apontar.

Primeiro, ver qual o órgão responsável pela questão da Represa do Guarapiranga, da Billings, porque aquelas quatro crianças que faleceram ali foram crianças que eu atendi...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Corpo de Bombeiros, Néia. Houve lá uma tragédia...

A SRA. NÉIA ARANTES – Sim, mas não é só isso, não é questão só de Corpo de Bombeiros. Nós precisamos ali de questão de mais informação, mais sinalização. Nós estamos entrando num período em que as crianças vão sozinhas para lá, adolescentes vão sozinhas para lá. Muitas vezes a gente era chamada pelo Conselho para ver crianças que estão lá. E a gente sabe muito bem o perigo que é aquilo ali. E vem meninos de Santos, de toda a região metropolitana, mesmo aqueles que estavam com as mães elas precisam disso. Quem é que faz essa interação com todos os órgãos ali, a Guarda Civil Metropolitana, Polícia Militar,

também a questão da Guarda Costeira porque precisa mesmo. Vamos entrar num período quente e que as pessoas vão para essas represas e a gente precisa evitar essas mortes. É muito triste o que aconteceu. Essa é uma das questões.

Para não deixar passar em branco, eu vou falar da questão dos conselhos tutelares porque é uma pasta que venho acompanhando e vou até na questão das perguntas. Vou perguntar para o representante das Subprefeituras. Sabemos que temos aí os 44 carros que foram doados pelo Governo Federal. Eles têm vida útil, esse ano acaba a vida útil deles. Qual vai ser o destino desses carros, o que será feito com o recurso desses carros e como serão substituídos algo parecido ou semelhante aos conselhos tutelares porque tínhamos esses carros que não eram de uso contínuo.

Outra questão é por que neste ano a gente não viu a discussão do orçamento dos Conselhos Tutelares feito nas Prefeituras Regionais e com os conselhos tutelares? Isso era uma prática nossa, sempre fizemos isso, sempre sentamos com as Prefeituras, na época era Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Nós sempre sentamos e compilamos todo o orçamento vindo das Prefeituras Regionais para saber se aquilo estava dentro do que era previsto minimamente para o funcionamento dos órgãos dos conselhos tutelares.

Outra questão é o orçamento que foi destinado aqui porque sabemos que a questão de material de consumo, permanente, sempre teve um valor muito baixo e os Conselhos estão sucateados, sem mesa, sem cadeiras, sem condições mesmo. Isso eu estou falando dos 52, mesmo fora do Conselho eu os acompanho. Então, precisamos ver quais são esses problemas e como será resolvido.

O orçamento de 2017 é maior do que foi previsto para esse ano de 2019. Fico boba, porque a cada ano a gente... Foram criados oito ou nove Conselhos em 2016 e já o Orçamento naquela época não condizia com a realidade que vive os Conselhos Tutelares. E aí o representante para que possa voltar a ter essas discussões para descobrir de cada conselho e equiparar os gastos porque nós estamos falando do mesmo órgão que tem o mesmo papel e

a mesma condição.

Não consegui enxergar porque ficou congelado o orçamento para formação continuada. Isso é previsto, é do Executivo Municipal, tem que estar em dotação orçamentária a formação continuada dos Conselhos Tutelares. Não é uma questão de estar dentro do orçamento do CMDCL, tem que estar dentro da dotação dos Conselhos Tutelares. E não foi liquidado nada porque pelo que eu soube não se teve gasto com formação para os conselhos esse ano que nós estamos finalizando.

Como ficará a questão da eleição dos Conselhos Tutelares? Na reunião da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, nós colocamos de ver qual foi o orçamento gasto na outra porque esse ano a tendência é aumentar o número de participantes.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Sandro.

O SR. SANDRO – Bom dia a todos. Estou atualmente no sindicato, sou ex-Conselheiro da capela do Socorro, na supervisão técnica, começo minha fala com um ditado grego invertendo ele, não dá para a mulher de César parecer honesta, ela tem de ser honesta. Não dá para chegar aqui e deixar os Conselhos sem apresentação do orçamento e dizer que nós fiscalizamos e temos que fazer a fiscalização da conta. Se aqui em cima não respeita a lei da transparência.

Eu gostaria de incluir dentro da dotação orçamentária a construção da Sub de Capela do Socorro, que já tem terreno, local, já tinha orçamento em Covisa, as falas que foram colocadas aqui, todos dizem que precisamos. Só que precisamos uma coisa, Conselheiros, tratar São Paulo como São Paulo. Não dá para dividir entre zona sul, zona leste, porque o momento não permite, ele diz que a população vai sofrer e acabar sem saúde. vai sofrer em São Paulo inteira. É no Brasil todo, só que não dá para essa casa olhar e falar o seguinte, nós estamos sem orçamento e Vereadores aprovando aumento de salário, aprovar saúde familiar para sua própria família. Para mim eu aprovo, aí eu pergunto e a população?

Acredito que temos de nesse momento trabalharmos juntos, só que eu quero saber

quem representa o povo? Quem briga com o povo, porque o povo está na rua gritando. Terminei minha fala dizendo quem em 2017, quando a nova gestão assumiu, teve audiência pública no CEU Vila Rubi, na Capela do Socorro, acho que quem coordenou, se não me engano, foi o Vereador Natalini. Lá pedimos uma audiência pública para tratar as endemias em São Paulo devido aos casos de dengue, chikungunya, zika vírus, febre amarela que estava por vir. Hoje estamos discutindo um trabalho que é muito bom: fazer uma força tarefa. Só que a zoonose não teve investimento, o carro dela foi tirado, o serviço está precarizado, falta material para dar folheto para a população ler, faltam materiais para nós trabalharmos.

E continuamos aqui discutindo com uma gestão que não aconteceu, que é o planejamento de gestão, que não passa só pelo governo, passa pela Câmara, pela população e não está sendo feito. Fica difícil quando a gente não tem um debate claro. A audiência do orçamento da Saúde tem que acontecer não somente uma vez, tem de ser pelo menos três, ou que sejam pelo menos duas, uma com os conselheiros, que realmente estão ali e outra com a população para que agente possa fazer o debate porque ele está prejudicado. Se o orçamento é curto, o cobertor é curto, no último concurso público que foi de agente de organização escolar, que é do estado tiveram mais de 160 mil inscritos para 1.400 vagas.

Aí sobem aqui e dizem que as OSs são constitucionais, são legais dentro da Cidade. Só que quando pega é o funcionário público que segura as pontas. Porque quando eu estou lá na ponta, eu ouço dirigentes, gestão da OS dizer o seguinte, funcionário da OS se não cumprirem eu demito, se não bater meta e saúde não é meta. A saúde não pode ser tratada como uma meta, ela tem que realmente tratar o cidadão e tem que tratar o funcionalismo público que está doente. Então, temos de rever o conceito. Estou pedindo que essa casa, a Comissão de Saúde, a Comissão de Orçamento faça concurso público de emergência porque as unidades que tem da direta está sem funcionários. E a contratação é mais rápida para fazer. Os AGPPs que são da Direta, que até hoje não receberam aumento, o plano de cargos e carreiras deles não está sendo discutido, está parado, nós precisamos rever porque na Saúde

antes tinha o auxiliar administrativo da saúde, hoje em dia não tem mais. Então temos de valorizar esse profissional, fazer o debate nesta Casa junto com a população.

Então estou pedindo mais uma vez – refaço minha fala – que seja feito concurso de contratação de emergência onde faltam vagas, para que possamos planejar a Cidade, fazer o concurso público que atenda a população. Não dá para terceirizar a responsabilidade. A Prefeitura não pode jogar sua responsabilidade na mão de terceiros, tem de assumir principalmente a Saúde.

Muito obrigado.

A SRA. SONINHA FRANCINE – O Presidente informou que eu seria a próxima inscrita, então vou encolher bastante a minha fala pelo adiantado da hora e eliminar alguns itens.

Em relação aos conselhos tutelares, tornando um pouco mais concreto o comentário que foi feito agora há pouco, a distribuição de recursos para os conselhos tutelares nas subprefeituras é desigual de uma maneira difícil de compreender. Não sei se existe uma explicação de por que tamanha diferença ou se cada Subprefeitura faz a sua previsão e não existe do ponto de vista da Secretaria uma análise mais detalhada.

Então, por exemplo, material de consumo, as dotações por Subprefeitura variam de mil reais, passando por quatro mil, oito mil, 120 mil, 13 mil, quer dizer, é uma demanda tão desigual que não dá nem para acreditar que cada Conselho, cada Subprefeitura tenha feito o seu pedido de recursos baseada realmente numa demanda estudada com critério.

Com relação a serviços de pessoa jurídica também tem diferenças abissais entre o que é destinado a uma Subprefeitura e outra.

Na CPI dos Valets, da qual sou Presidente, falamos muito sobre a estrutura para licenciamento e fiscalização dos valets. O número de valets regulares na cidade de São Paulo é ridículo comparado com o número de valets efetivamente em funcionamento e acabamos constatando que os equipamentos disponíveis, computadores e o número de agentes videntes

contratados são insuficientes para que as subprefeituras executem esse trabalho que gera receita.

Quer dizer, se há uma estrutura melhor de licenciamento e uma atuação melhor dos agentes videntes a campo, se induz, incentiva e obriga o funcionamento regular, a arrecadação correta de taxas, impostos e tudo. Então saber se há alguma coisa aí no horizonte pensando em melhorar essa estrutura.

Em relação à Saúde quero reiterar o que já foi dito sobre a nomeação das obstetrizes aprovadas em concurso. Pedir uma atenção especial falando ainda da área de direitos reprodutivos para aplicação de contraceptivos de longa duração. É o acesso a um direito fundamental, uma medida de efetividade muito grande. Sabemos que a adesão ao anticoncepcional via oral não é razoável entre uma boa parte da população, especialmente a população mais fragilizada com vínculos rompidos. Então que haja uma atenção especial a isso.

Reitero também o apelo para o investimento em saúde mental. Não consegui localizar na peça orçamentária, mas isso talvez seja uma dificuldade minha e não a ausência disso ou pela configuração do orçamento, mas o recurso para residências terapêuticas. Temos um buraco na linha de cuidado para pessoas em tratamento de uso de drogas, por exemplo, no momento em que sai de uma internação, de um hospital, voltam para lugar nenhum. E se não completarmos essa linha de cuidado com Assistência Social e Saúde estaremos dando uma atenção pela metade que é a mesma coisa que atenção nenhuma.

Quer dizer, se a pessoa sai desintoxicada de uma internação num hospital psiquiátrico ou numa clínica e depois disso não tem nenhuma continuidade que garanta um acolhimento, um lugar onde possa estar para continuar o atendimento ambulatorial, acabamos perpetuando uma situação de sofrimento.

E, se não me engano, os Ceccos não têm dotação orçamentária própria. Pelo menos, quando era Subprefeita, o Cecco do Sumaré vinha pedir ajuda na Subprefeitura com

recursos. Não são unidades orçamentárias e acho que seria interessante pensar nisso, que tivessem uma dotação própria, recursos para o seu funcionamento. Os Ceccos são serviços meio híbridos e muito importantes no atendimento em saúde mental, idosos, pessoas com deficiência, um equipamento muito interessante.

Recentemente e finalmente uma ótima notícia. SMADS e Saúde acertaram um modelo de participação da Saúde nos serviços da Assistência Social. Saber se isso já está previsto no orçamento para o ano que vem, as ILPIs, os serviços de Assistência Social que precisam de profissionais da Saúde. Precisam que a Saúde preveja esses profissionais.

Reforçar também o pedido para uma atenção especial ao PAI, programa excelente. E uma atenção especial a uma população que é atendida pela Saúde e podia ter até um órgão dedicado a isso especialmente, mas é na Saúde que fica com enfoque meio enviesado.

Animais. Muitos Vereadores pleiteiam um número maior de hospitais veterinários. Entendo que é muito mais prático e eficiente se aumentarmos o número de parcerias com entidades que fazem castração. Aliás, não só para castração, mas para o atendimento veterinário Também. É muito mais capilarizado, muito mais acessível do que as pessoas terem de carregar o seu animal até um hospital veterinário em algum lugar da Cidade.

E para a Secretaria da Pessoa com Deficiência saber se já tem algum PAP em funcionamento, aquele terminal, onde fica e qual é o plano para implantação dos próximos.

E dizer que não tenho problema nenhum em ter aqui representantes dos Secretários. Nós mesmos – Vereadores – não conseguimos estar em todas as audiências públicas. O seu Vereador, por exemplo, não está aqui hoje e mandou um Assessor que fala em nome dele com toda propriedade e autoridade. Então ter o Chefe de Gabinete, o Secretário Adjunto falando em nome da Secretaria me sinto perfeitamente contemplada.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereadora Soninha. Vamos para as considerações e respostas. Começar pela Secretaria das Subprefeituras.

O SR. RADYR PAPINI – Boa tarde. Radyr Papini, Chefe de Gabinete da Secretaria das Subprefeituras. Por ordem das perguntas, o Vereador Suplicy perguntou qual o critério para destinação das verbas das subprefeituras. Não é um critério. São vários critérios porque trabalhamos com zeladoria com diversos assuntos diferentes.

Então os principais tópicos são, por exemplo, vias, recap. Damos preferência por vias de maior fluxo com pior conservação. Depois vias que não são corredores exclusivos de transporte público porque têm um desgaste maior e assim vamos entrando nos bairros nessa sequência.

Tapa-buracos, destinamos recurso conforme demandas de históricos e 156, chamados que recebemos. Calçadas, sempre é o maior fluxo, de preferência em equipamentos de Saúde, escolas e aí vamos migrando para itens de menor fluxo de pessoas.

Zeladoria, existe o histórico das áreas. Por exemplo, um bom percentual disso é a manutenção de córregos. Então temos a distribuição de passar pelos córregos, o corte de grama, e a distribuição desse item está mais onde estão os equipamentos efetivamente do que outro critério diferente.

Melhoria de bairros. É um item que damos preferência das áreas periféricas para a área central, até porque nas áreas centrais muitas vezes os prefeitos conseguem parcerias e melhorias de áreas com a própria iniciativa privada, então vimos da área mais necessitada para a área mais centralizada.

Área de risco. São demandas da Defesa Civil principalmente, que nos definem quais as prioridades de aplicação dos recursos para área de risco. Então basicamente é esse o grosso dos critérios que utilizamos para a destinação das verbas da Secretaria.

Quanto aos conselhos tutelares estamos fazendo um bom trabalho de reestruturação. O Luciano tem me ajudado demais nisso e estamos dando uma atenção bem diferenciada.

Vamos por itens. Veículos, realmente como foi dito, a vida útil desses carros está

no fim. Estamos com uma licitação em andamento para poder substituir o modelo. Ter veículos novos com combustível e um atendimento melhor aos 52 conselhos.

A quantidade de valor que a Vereadora perguntou por Conselho é por Prefeitura Regional. Primeiro, temos prefeituras que têm mais conselhos e prefeituras que têm menos conselhos. Isso dá uma variação. Temos prefeituras que usam prédios próprios e temos prefeituras que locam. Isso dá uma variação na pessoa jurídica.

E aí temos as despesas correntes dos conselhos. Essas despesas estão sendo reanalisadas para que possamos ter um número padrão que não seja assim 100% suficiente, vai suprir todas as demandas, mas que seja um número padrão e não haja distorção entre um e outro Conselho.

O campo de discussão do orçamento é nas audiências públicas do Conselho. Estamos sempre à disposição para ouvir sugestões, melhorias. Inclusive, para o próximo ano houve um aumento de 15% no orçamento do Conselho, do atualizado deste ano para o orçado do próximo ano, já partimos com um aumento de 15% neste orçamento.

De infraestrutura realmente sofremos como diversos outros órgãos da Prefeitura. Esperamos que aumentando esse orçamento vá se conseguindo suprir essas deficiências.

A Vereadora perguntou dos valets. Estamos fazendo um trabalho enorme, primeiro, com o sistema de gestão de acompanhamento de sistema eletrônico dos fiscais. Eles poderão ter a partir do ano que vem – já estamos desenvolvendo – um sistema muito mais eficiente para que consigam aumentar a produtividade. Estamos trabalhando com um sistema de pontuação para que eles possam produzir mais. Tirá-los das áreas administrativas e colocá-los na área de atuação.

Então estamos de olho basicamente nisso, melhoria de eficiência e tem um pedido de concurso também para aumentarmos o quadro. Esse pedido está em andamento. Vai para a Secretaria de Gestão. Então estamos trabalhando com Gestão e com mais gente para poder aumentar não só valets, como todas as outras fiscalizações da Cidade.

Então basicamente acho que é isso. Muito obrigado.

- Assume a presidência a Sra. Soninha Francine.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Passo a palavra para a Secretária Adjunta da Pessoa com Deficiência.

A SRA. MARINALVA CRUZ - Boa tarde a todos e a todas novamente. Vou começar pelas primeiras questões. Uma foi do Vereador Suplicy, se o orçamento da Smped é o suficiente para atender todas as demandas das pessoas com deficiência.

A resposta é não, mas justifico por que, não tem de ser o orçamento da Smped o responsável por atender todas as demandas das pessoas com deficiência, porque se pensarmos no mundo ideal não era nem para existir uma Secretaria que trata dos direitos da pessoa com deficiência, porque antes da deficiência estamos falando de um cidadão, de um ser humano como outro qualquer.

Portanto, essa demanda tem de ser pensada em todas as outras secretarias. Por que o orçamento da Smped é um dos menores? Porque somos uma Secretaria meio. Não executamos nada, quem executa são as outras secretarias lá na ponta. Por isso, para essa atividade meio que está muito mais focada no processo de orientação, de capacitação, de auxílio técnico e todos os outros, para essa finalidade sim o orçamento é suficiente. Quanto mais orçamento mais se pode trabalhar, mas a ideia é que o tema pessoa com deficiência seja pensado em todas as pastas, porque estamos falando de um ser humano antes de qualquer coisa.

Em relação à pergunta do Carlos, sobre a transversalidade, então na opinião dele a Secretaria da Pessoa com Deficiência não tem feito o seu papel de Secretaria meio que é trabalhar a transversalidade. Vou trazer aqui alguns exemplos do que para nós seria essa transversalidade, mas fico aqui também aberta para receber sugestões, tanto lá na Smped, não só eu, mas o Secretário Cid e toda nossa equipe, de que outras ações também seriam para você atividades transversais.

Mas vou destacar aqui algumas. Com a Secretaria do Transporte, não sei se todos conhecem, há duas linhas em fase de teste. Uma que é para o Centro Paraolímpico Brasileiro e outra na Vila Clementino, que são micro-ônibus com piso baixo, com espaço para conduzir até quatro cadeirantes de uma única vez. Essa é uma ação transversal, tanto para conduzir mais pessoas como para mostrar que em algumas regiões da Cidade é possível sim ter micro e com piso baixo.

Com diversas secretarias e com várias subprefeituras a questão da capacitação em libras. Alguém mencionou também que não havia capacitação para o servidor público. Temos feito ao longo do ano só de oficinas de libras, toda semana são duas turmas, duas vezes por semana. Cada uma dessas duas vezes turmas diferentes acontecendo em diferentes regiões. Já houve turmas na Biblioteca Mário de Andrade; no Hospital Campo Limpo várias turmas; no Hospital do Servidor Público Municipal várias turmas; no CATE varias turmas.

E quando falamos da oficina em libras falamos, inclusive, de outras questões. Não é só da cultura surda, não é só da língua brasileira de sinais. Fala um pouco sobre direitos e como lidar com a pessoa com deficiência.

Concordo quando ele diz que tem muito servidor que não conhece, por exemplo, qual a diferença da bengala verde para a bengala branca ou vermelha e branca. Mas não é só o servidor, muitas pessoas que, inclusive, trabalham com movimento, com inclusão de pessoas com deficiência também não sabem que a bengala verde é utilizada pelas pessoas que têm baixa visão; a branca é utilizada pelas pessoas cegas e a vermelha e branca é utilizada pelas pessoas surdas ou cegas. Ou seja, aquelas que têm um comprometimento visual e auditivo.

Então muita gente não sabe e é nosso papel não só como Secretaria, mas também conselhos e todos nós aqui presentes, de disseminar essas informações a partir do momento que as temos.

Mais ações transversais. Contrata São Paulo, uma feira de emprego que já está na sua quinta edição, uma parceria da Smped com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento

Econômico.

Com a Secretaria da Saúde, por exemplo, zeramos a fila das almofadas. Então a Smped comprou as almofadas e todas as pessoas que estavam lá na fila receberam essa almofada.

Com a Secretaria do Esporte, por exemplo, temos ações transversais não só com a Secretaria Municipal, mas Estadual também. A exemplo disso que aconteceu no último feriado, dias 15, 16, 17 e 18, que foi o Campeonato Brasileiro de Futebol de Amputados, essa é uma ação transversal entre secretarias municipais e estadual.

Com a Secretaria das Subprefeituras, temos várias ações em conjunto. Reuniões com a própria CPA, Comissão Permanente de Acessibilidade, então em cada Subprefeitura tem um representante da Comissão Permanente de Acessibilidade. Cursos de acessibilidade que acontecem todos os meses como já mencionei na apresentação falando do orçamento.

A Smped adquiriu também kits de piso tátil que foram doados para as subprefeituras para utilizar nesses rebaixamentos das guias, mas lembrando, a gente não executa. Quem está lá na ponta fazendo a instalação desses pisos são as Subprefeituras.

Com a Secretaria Municipal de Gestão e com todas as outras também, a gente tem trabalhado fortemente para que seja aumentada e respeitada a legislação no que diz respeito à contratação de estudantes com deficiência. No início de 2017, tínhamos 17 estudantes com deficiência no universo de mais de seis mil estagiários ativos na Prefeitura. Esse número vem crescendo e hoje já são quase 70. É o ideal? Não, falta muito, mas vem avançando graças a essas ações transversais.

Junto com a Secretaria Municipal de Cultura, temos de transversalidade dez espetáculos por mês com o recurso de libras, audiodescrição e estenotipia. A Virada Inclusiva foi a mais inclusiva da história este ano. O carnaval também onde a gente traduz todos os sambas enredos para que a população surda saiba do que se trata, tem audiodescrição também para o cego que quer ir ao Sambódromo e assistir ao desfile das escolas de samba. A

compra de dez óculos que facilita a leitura de pessoas cegas, ou seja, mesmo que ele não tenha na biblioteca um livro em braile, com esses óculos, o cidadão cego consegue chegar à biblioteca, colocar os óculos e ter acesso a qualquer livro impresso em tinta. Uma coisa curiosa desses óculos é que por mais que ele tenha sido adquirido pensando na população cega, a gente já tem relatos nas bibliotecas onde os óculos já estão funcionando, já estão instalados que pessoas que não são alfabetizadas ou que tem dificuldade para leitura também estão se beneficiando.

Selo de Acessibilidade Digital. Várias Subprefeituras, Secretarias, enfim, sendo certificadas com o Selo de Acessibilidade Digital.

Ações transversais com a própria Câmara Municipal. O destaque que eu dou é para o esforço dos Vereadores destinarem emendas específicas para melhoria nas calçadas. Então, isso é uma ação transversal da Smped e não só com as secretarias, mas com outros espaços.

Os parques inclusivos que tem como objetivo fazer com que a criança com deficiência possa brincar no mesmo espaço que as demais crianças. Enfim, são várias outras ações.

Em relação ao orçamento do Conselho, foi mencionado que na plenária será gasto apenas com o lanche porque os outros serviços são gratuitos. Isso não é bem verdade. Tem o lanche sim, mas tem também um intérprete de libras, tem muitas vezes a audiodescrição e vale destacar aqui que o orçamento do Conselho não é apenas para as plenárias e também para o Encontro Paulistano. Existem hoje três servidores contratados para o Conselho. Eram dois e recentemente o Conselho pediu mais um e nós fizemos essa contratação para atender à demanda do Conselho. Então, tem todos os dias três servidores lá à disposição dos conselheiros. Esse orçamento também envolve além de despesas com as plenárias, material que seja solicitado, apostilas, equipamentos, enfim, envolve outros gastos e não é só o lanche da plenária.

Em relação à última pergunta, da Vereadora Soninha, sobre a questão dos postos

de atendimento presencial da CIL, temos mais de 20 já instalados em toda a Cidade, temos na Prefeitura, em vários CRAS e também no Hospital Campo Limpo que embora tenha constantemente oficinas de libras, mas foi pedido a instalação de um PAP e foi instalado. Lembrando que quando vai ser instalado um PAP, a Smped leva o fone e a câmera, então é essa parceria e o espaço tem que adequar sua rede, ou seja, a sua internet para que ela tenha capacidade de receber esse tipo de serviço. Então, é uma parceria onde o espaço entra com o equipamento, ou seja, o computador e a capacidade exigida em termos de internet e Smped entra com o aplicativo, com a orientação, com a câmera e o fone, que são utilizados para fazer essa tradução simultânea entre surdos e ouvintes.

Tem também vários CRAS, então, a assistência social tem solicitado bastante e tem sido um dos serviços mais instalado – o posto de atendimento presencial. Tem no CATE também, na Avenida Rio Branco, instalado e está sendo analisada a questão da infraestrutura de outras unidades do CATE para que possa ser instalado em outras unidades. Lembrando que no nosso site tem a relação completa de todos os espaços onde já foram instaladas unidades presenciais.

Para finalizar, Carlos, fique à vontade solicitar. A gente envia constantemente para a Presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência toda a relação do que foi gasto naquele período e com que ação, seja com plenária ou outra despesa em relação ao Conselho Municipal. A própria Presidente do Conselho tem a relação desses gastos todo detalhado, o que foi gasto com cada atividade do Conselho. Posso garantir que 80 mil só não são suficientes. Como eu disse na minha apresentação, este ano já foram 240 mil que vem não só desse valor que é destinado ao Conselho, mas sai de outras fontes da administração direta, ou seja, sai do orçamento da secretaria para atender as demandas do próprio Conselho.

A princípio é isso.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, Secretária.

Sra. Secretária da Saúde, já estamos ferindo o Regimento. São 15h e não poderia haver nada porque temos sessão, mas vamos lá.

O SR. MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES - O ruim de ficar por último é que a gente tem que ser bastante sintético, mas eu já deixo claro que nós anotamos todas as reivindicações e, seguramente, junto com o relator Vereador Atilio e com o Presidente da Comissão, vamos tentar dar uma resposta para essas demandas.

É importante lembrar, eu não sei agora, Ahmed, que vem representando a Secretaria da Fazenda, mas quando eu era responsável o orçamento do Município, o conjunto de demandas total era o dobro daquilo que você conseguia colocar no orçamento.

O SR. AHMED SAMEER EL KHATIB – É mais ou menos isso. Se você fizesse o contrário e estimasse as despesas para depois fixar as receitas, daria 100 bilhões de demandas e 60 de receitas.

O SR. MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES - Quer dizer, você teria de dobrar os impostos para poder dar conta daquilo que são as demandas. Portanto, é fundamental esse tipo de ação em que os senhores e senhoras vêm aqui e colocam para o Legislativo quais são as prioridades da população. O orçamento não é fixado e daí a importância das audiências públicas para discutir o orçamento. Muito mais do que discutir no Executivo, é discutir no Legislativo que quem fixa as prioridades. O orçamento é uma sugestão do Executivo, mas quem determina qual é o orçamento é o Legislativo. Por isso trago aqui o meu respeito a todos vocês que vieram, abriram mão do seu tempo particular para estar aqui contribuindo com esse processo.

Queria me referir diretamente à dona Malu. Naquele momento em que a senhora estava falando não foi por falta de respeito que eu não estava olhando para senhora, foi uma deferência ao nosso Senador Suplicy, a pessoa de longo relacionamento que estava me fazendo uma pergunta e eu estava respondendo a ele. Então, a senhora me desculpe. Não era nenhum desrespeito à senhora.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY - E era sobre o que a senhora estava perguntando, quanto custava um tomógrafo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES - Especificamente sobre os temas que foram expostos, eu queria falar em relação ao tópico da saúde mental. Entre 2017 e 2018, a Secretaria de Saúde já entregou 26 serviços de residências terapêuticas. Temos mais cinco sendo entregues nos próximos meses, nove CAPs também serão entregues nas próximas semanas, de maneira que a saúde mental tem sido sim uma prioridade dentre as prioridades da Secretaria.

O pessoal do Jardim Brasília colocou muito essa questão da UBS ou da AMA do Jardim Brasília. Queria dizer que também já foi estabelecido como prioridade e está no Programa do BID, como falamos, no Avança Saúde e, seguramente, como nós temos aproximadamente 200 milhões para gastar em equipamentos entre reforma e construção, esse será um dos primeiros, a gente iniciar esse processo a partir de 2019.

Da mesma forma, o tomógrafo - como a senhora viu, a pressão fez efeito -, os Vereadores já se comprometeram em alocar os recursos e nós seguramente executaremos esses recursos porque está sendo uma prioridade da população e acolhida pelos Vereadores.

Queria também dizer que o orçamento de 2019 contempla a contratação de diversos profissionais da Saúde de todos os matizes, médicos, enfermeiras, nutricionista.

Dona Lourdes, não vem escrito no orçamento que vai contratar o senhor José da Silva, Dona Maria, vem os recursos, quando olha o orçamento de pessoal, a senhora pode observar que tem um crescimento em relação aquilo que será gasto neste ano, de maneira a nossa expectativa é fazer um grande chamamento de aprovados no concurso, inclusive as 20 enfermeiras.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Secretário, peço a gentileza, é uma questão regimental. Conclui mais uma e se for preciso, vai mandar por escrito. É Regimento. Às 15h

não pode ter nada.

O SR. MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES - Por último, queria falar para o João Pedro. João Pedro é velho conhecido de outras audiências e sugeriu que a gente buscasse outros recursos. Foi exatamente o que fizemos com o Avança Saúde no BID, fomos buscar recursos adicionais dada à queda do financiamento Federal à Saúde do Município de São Paulo e o constrangimento de usar os recursos municipais a tal ponto que a transformação do pronto-socorro da Lapa em uma UPA está prevista no Programa do BID.

Por fim, a Roseli falou do Maria Antonieta. Também o programa BID contempla a reforma.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Considero que o Secretário é o menos culpado nessa história, porque ele foi o primeiro a chegar.

Então, está encerrada a audiência pública.
